

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA

1 ENQUADRAMENTO

Em 2018, a economia portuguesa cresceu acima dos 2%, acompanhada pela diminuição do endividamento, quer público, quer privado, nomeadamente por efeito da persistência de baixas taxas de juro.

Este crescimento, principalmente impulsionado pelo investimento, as exportações e o consumo privado, terá registado uma ligeira desaceleração face ao verificado em 2017, principalmente induzida pelo abrandamento do investimento e das exportações, já que o comportamento do consumo privado se manteve aos níveis do ano anterior.

As dinâmicas da atividade económica refletiram-se no montante de impostos diretos e indiretos cobrado pelos municípios, nomeadamente sobre a coleta de derrama, estreitamente ligado ao desempenho empresarial, de IMI e IMT, este último particularmente dependente das dinâmicas do mercado imobiliário. Refira-se que, em Almada, o valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares, no 3º trimestre de 2018, atingiu os 1.275€¹, traduzindo um crescimento de cerca de 15% relativamente ao ano anterior.

O baixo nível de variação do Índice de Preços no Consumidor (0,99%) em 2018, por seu lado, permitiu a manutenção dos preços pagos na atividade municipal, exceto no que se refere aos produtos energéticos cuja variação média anual atingiu os 4,7%.

O mercado de trabalho continuou a registar alterações, com a diminuição do desemprego e o aumento do emprego, permitindo que, em Almada, o ano terminasse com menos cerca de 700 desempregados inscritos nos centros de emprego, uma redução de cerca de 10% relativamente ao ano anterior.

TABELA 1 - PRINCIPAIS INDICADORES MACROECONÓMICOS PARA A ECONOMIA PORTUGUESA

Indicadores de conjuntura	2018	2017
Inflação - Taxa de variação		
IPC	0,99%	1,37%
IHPC	1,20%	1,60%
Taxa de variação em volume		
PIB	2,10%	2,80%
Consumo Privado	2,60%	2,40%
Consumo Público	0,80%	0,20%
Investimento	5,70%	9,20%
FBCF	4,40%	9,20%
FBCF em Construção	3,10%	8,30%
FBCF em Equipamento de Transporte	3,60%	10,70%
FBCF em Outras Máquinas e Equipamentos	6,90%	14,40%

¹ INE, Estatísticas de preços da habitação ao nível local

Indicadores de conjuntura	2018	2017
FBCF em Produtos de Propriedade Intelectual	4,90%	3,40%
Exportações	3,60%	7,80%
Importações	4,90%	8,10%
<i>Em % da população ativa</i>		
Taxa de Desemprego	7,0%	8,9%

Nota: os valores das Contas Nacionais para 2017 são valores provisórios e os valores para 2018 previsionais.

Fonte: INE; Contas Nacionais; INE, Índice de Preços no Consumidor; INE, Inquérito ao Emprego

O comportamento da receita fiscal (IRS, IRC, IVA) condiciona o montante das transferências do Orçamento do Estado para os municípios, como decorre do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro). Esta, por seu lado, encontra-se estreitamente dependente da atividade económica de anos anteriores, nomeadamente no penúltimo ano relativamente àquele a que a Lei do Orçamento do Estado se refere e no ano imediatamente anterior. É assim que, em 2018, as transferências do Orçamento do Estado para os municípios registam um aumento de 2% relativamente a 2017, depois de, nesse ano, terem crescido 3% relativamente a 2016.

Por outro lado, um conjunto de medidas de política pública reflete-se na despesa municipal, particularmente as que dizem respeito aos encargos com pessoal. Refira-se, em 2018, o início do processo de reposição das valorizações e acréscimos remuneratórios, o pagamento ao longo dos 12 meses do ano do valor do subsídio de Natal, o aumento do subsídio de refeição, que entrou em vigor em agosto de 2017, e do salário mínimo nacional, em 4% relativamente a 2017.

2 ANÁLISE ORÇAMENTAL

2.1 Visão global

A demora na aprovação do orçamento municipal para 2018, decorrente da realização das eleições para os órgãos das Autarquias Locais no ano anterior, obrigou o Município a trabalhar em duodécimos durante os primeiros meses do ano. O orçamento municipal aprovado para 2018 apenas entrou em vigor em fevereiro, através da primeira revisão orçamental.

A incorporação do saldo de gerência foi o objeto da segunda revisão orçamental.

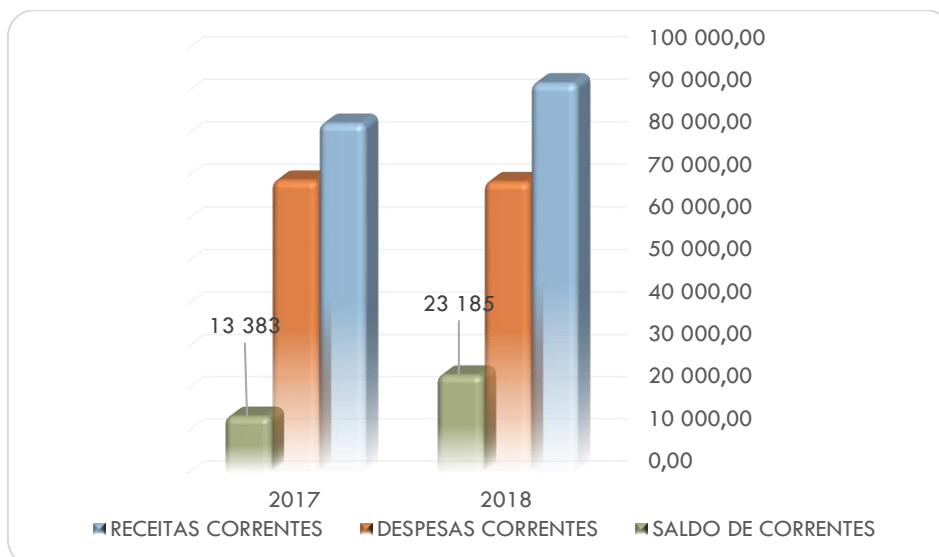
As referidas revisões, uma alteração ao orçamento da receita e 12 ao orçamento da despesa traduziram-se numa previsão orçamental de 100,5 M€, montante que a taxa de execução da receita (109%) transportou para 109,5€ e a da despesa (84%) para 84,5M€.

Um volume de receita superior ao da despesa repercute-se no aumento do saldo do exercício, relativamente ao registado em 2017, particularmente ao nível da receita e despesa correntes. Efetivamente, em 2018, o Município gerou um saldo de execução orçamental para a gerência seguinte de cerca de 34,8M€.

O saldo positivo, de cerca de 23M€, entre as receitas e as despesas correntes permite a libertação de valores para o financiamento da despesa de investimento.

GRÁFICO 1 - GRAU DE COBERTURA DAS DESPESAS CORRENTES PELAS RECEITAS CORRENTES

Milhares de euros



Alguma estabilidade das transferências do Orçamento do Estado e a acentuada dinâmica de crescimento das restantes componentes da receita repercutiram-se em ganhos de autonomia financeira do Município, reduzindo a importância das primeiras enquanto fonte de financiamento da atividade da autarquia, simultaneamente aumentando a sua sensibilidade a alterações do contexto, particularmente no que se refere ao comportamento do mercado imobiliário.

TABELA 2 - PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS DO MUNICÍPIO DE ALMADA

Milhões de euros

Principais indicadores económicos	2018	2017
Total Recebimentos	97.028	87.869
Total Pagamentos	84.453	93.284
Saldo do exercício	12.574	-5.416
Saldo de Gerência (valores acumulados)	34.786	22.211
Saldo de Correntes	23.185	13.383
Compromissos transitados	6.538	5.392
Compromissos assumidos para anos futuros	48.238	57.286
Autonomia Financeira: $[1 - (\text{Transf. OE} / \text{Total da Receita})]$	81,9%	80,4%

2.2 Equilíbrio orçamental

O Município de Almada garantiu, em 2018, como no ano anterior, o necessário equilíbrio orçamental, com as receitas a ultrapassarem a despesa em 30% e a receita corrente bruta cobrada a ultrapassar a despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos em 25%.

O Município garantiu, portanto, o cumprimento da regra de equilíbrio orçamental conforme definida no POCAL e no Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/ 2013, na versão em vigor em 2018).

TABELA 3 - CONDIÇÕES DE EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

	Dotação	Executado
Receita (€)	100.491.006	109.429.520
Despesa (€)	100.491.006	84.453.320
Receita/ Despesa	100%	130%
Receita Corrente (€)	82.318.409	91.874.189
Despesa Corrente (€)	75.692.522	68.689.331
Amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos (€)		4.527.382
Receita Corrente/ (Despesa corrente+ amortizações médias de empréstimos de MLP)		125%
Receita Corrente/ Despesa corrente	109%	134%

2.3 Fluxos de caixa

As receitas cobradas em 2018 totalizaram 97M€, às quais acresceram 22,2M€ de saldo do exercício de 2017. Os pagamentos, por seu lado, corresponderam a 84,5M€. Em resultado, o saldo para o exercício de 2019 atingiu os 34,8M€ a que acresce o saldo das operações de tesouraria no valor de 2,1M€, num total de 36,9M€ a transitarem para o ano seguinte.

TABELA 4 - RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA, 2018

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		24.114.709	Despesas orçamentais		84.453.320
Execução orçamental	22.211.060		Correntes	68.689.331	
Operações de tesouraria	1.903.649		Capital	15.763.989	
Receitas orçamentais		97.027.764	Operações de tesouraria		8.983.863

€

Recebimentos			Pagamentos		
Correntes	91.874.189		Saldo para a gerência seguinte		36.923.066
Capital	4.896.964		Execução orçamental	34.785.504	
Outras	256.611		Operações de tesouraria	2.137.562	
Operações de tesouraria		9.217.776			
Total		130.360.250	Total		130.360.250

2.4 Receitas

2.4.1 Abordagem global

Ao longo do ano de 2018, o Município arrecadou 97,0M€ a que acresceu a utilização de 12,4M€ do saldo da gerência de 2017, perfazendo um total de receitas de 109,4M€. Perspetivas cautelosas da receita em fase de orçamento permitiram níveis de execução de 109%, particularmente no que respeita à receita corrente que atingiu os 112%, já que a execução da receita de capital se ficou pelos 85%.

GRÁFICO 2 - RECEITA, 2018 – ORÇAMENTO E EXECUÇÃO

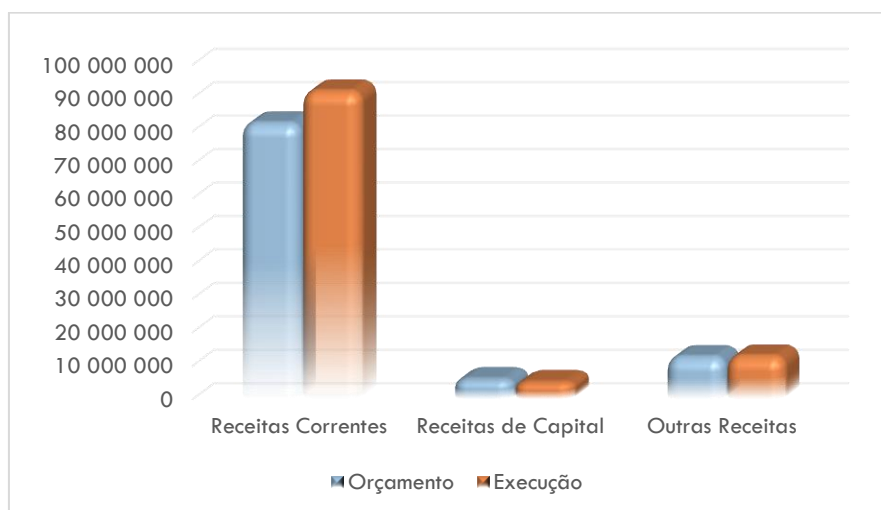


TABELA 5 - EVOLUÇÃO DA RECEITA TOTAL, 2017-2018

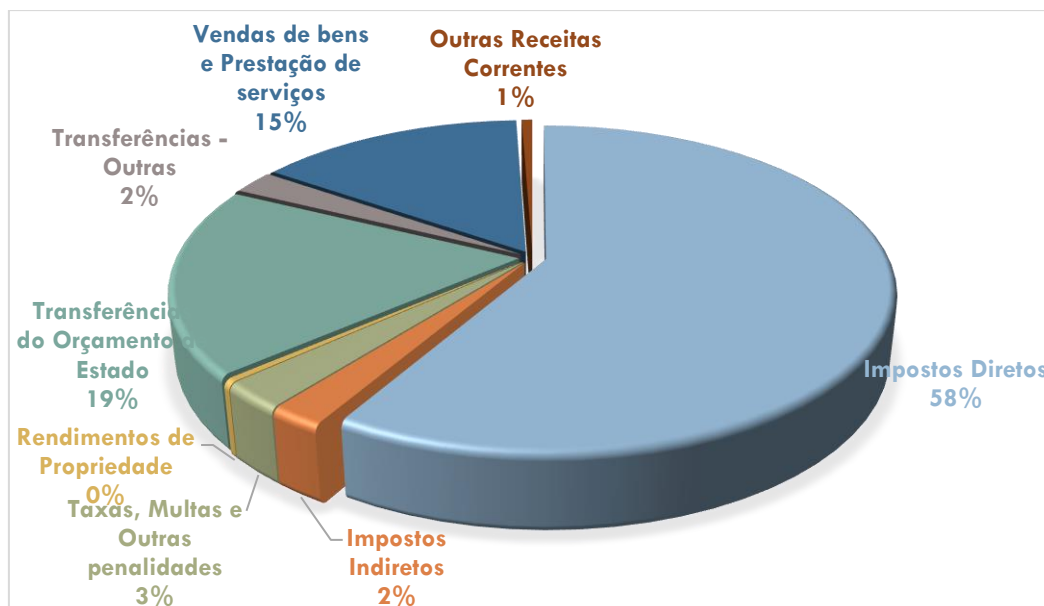
€

	Δ 2018-2017	2018	2017
Receitas Correntes	9.476.695	91.874.189	82.397.495
Receitas de Capital	-508.458	4.896.964	5.405.422
Outras Receitas	-5.484.575	12.658.367	18.142.942
Reposições não abatidas nos pagamentos	190.863	256.611	65.748
Saldo da Gerência Anterior	-5.675.438	12.401.756	18.077.194
Total das Receitas	3.483.661	109.429.520	105.945.859
Total sem Saldo de Gerência	9.159.100	97.027.764	87.868.665

O aumento de 10% na receita, não contabilizada a utilização do saldo da gerência do exercício anterior, ficou a dever-se exclusivamente à evolução positiva da receita corrente (+9,5M€), tendo a receita de capital registado uma quebra de cerca de 9% face ao ano anterior.

2.4.2 Receitas correntes

GRÁFICO 3 - ESTRUTURA DAS RECEITAS CORRENTES, 2018



Os impostos diretos continuam a assumir preponderância na origem das receitas correntes municipais, correspondendo-lhe, em 2018, cerca de 60% do total. As transferências do Orçamento do Estado e as vendas de bens e prestação de serviços constituem outras fontes relevantes de receita corrente. No conjunto, estas constituiram a proveniência de 92% daquele tipo de receitas.

TABELA 6 - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES, 2017-2018

RECEITAS CORRENTES	2017-2018		2018 €	2017 €
	€	%		
Impostos Diretos	6.820.044	14,5%	53.732.713	46.912.669
Impostos Indiretos	495.448	33,1%	1.992.107	1.496.660
Taxas, Multas e Outras penalidades	-1.067.684	-30,5%	2.435.974	3.503.658
Rendimentos de Propriedade	-191.828	-36,5%	333.866	525.694
Transferências do estado (FEF+FSM+IRS)	330.550	2,0%	17.084.943	16.754.393
Transferências- Outras	-501.434	-18,9%	2.150.486	2.651.920
Vendas de bens e prestação de serviços	3.580.344	35,7%	13.604.970	10.024.626
Outras Receitas Correntes	11.255	2,1%	539.130	527.875
Receitas Correntes	9.476.695	11,5%	91.874.189	82.397.495

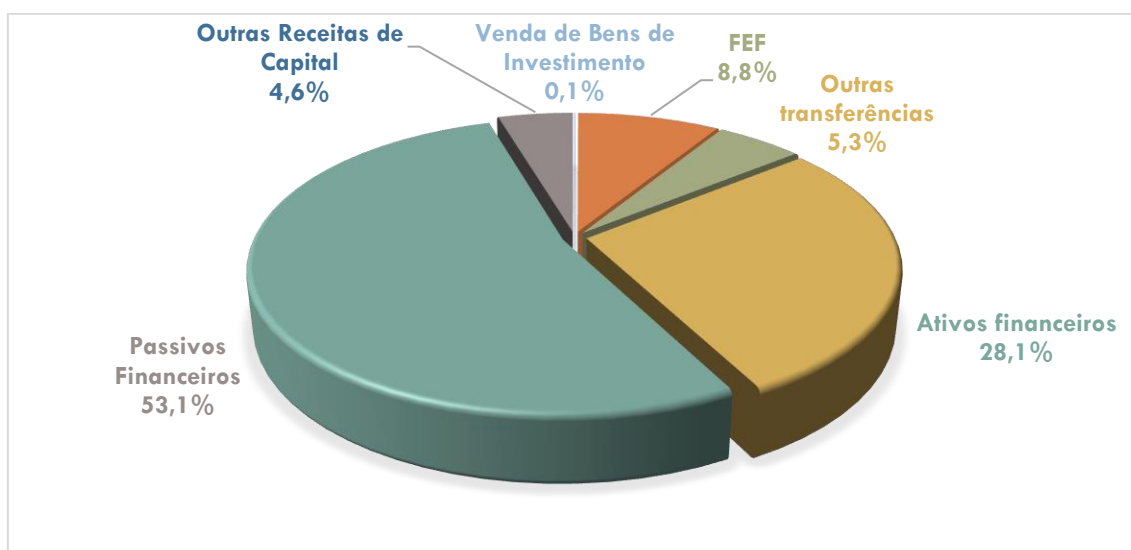
Em linha com o que vem acontecendo desde 2013, a receita corrente registou, em 2018 e relativamente ao ano anterior, um aumento de cerca de 12%, principalmente resultante do aumento dos impostos diretos cujo crescimento de cerca de 15% traduz um acréscimo de 6,8M€, e com o contributo de 3,6M€ das vendas de bens e prestações de serviços, face à relativa estabilidade das transferências do Orçamento do Estado.

Se o comportamento dos impostos diretos parece corresponder à confirmação da tendência que se vem registando em anos anteriores, a variação positiva das vendas de bens e prestação de serviços constitui alteração em relação ao verificado no ano anterior, fruto, nomeadamente, da entrada no Município de parte da receita proveniente da prestação de serviços de recolha e tratamento de resíduos urbanos do ano de 2017².

Uma execução da maior parte dos componentes da receita acima do previsto em sede de orçamento permitiu um nível de execução de cerca de 112%, principalmente suportado na execução dos impostos diretos cujo montante arrecadado correspondeu a 118% do previsto.

2.4.3 Receitas de capital

GRÁFICO 4 - ESTRUTURA DAS RECEITAS DE CAPITAL, 2018



² A receita da prestação de serviços de recolha e encaminhamento de resíduos sólidos em 2018 corresponde a 15 meses, ao contrário da de 2017 que abrangia apenas as transferências de seis meses de 2017 e o mês de dezembro de 2016.

TABELA 7 - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DE CAPITAL, 2017-2018

RECEITAS CAPITAL	2017-2018		2018	2017
	€	%	€	€
Venda de Bens de Investimento	-1.208	-32,7%	2.489	3.697
Transferências				
FEF	-71.698	-14,3%	430.699	502.397
Outras transferências	-197.342	-43,0%	261.669	459.010
Ativos financeiros	-159.493	-10,4%	1.375.777	1.535.270
Passivos Financeiros	-150.000	-5,5%	2.600.000	2.750.000
Outras Receitas de Capital	71.283	46,0%	226.331	155.048
Receitas de Capital	-508.458	-9,4%	4.896.964	5.405.422

As receitas de capital têm as suas principais fontes nos passivos e ativos financeiros que, no seu conjunto, foram responsáveis por mais de 80% daquele tipo de receita.

A redução, em praticamente todas as suas componentes, do montante arrecadado traduziu-se numa diminuição das receitas de capital em cerca de 9% relativamente ao ano anterior.

E se no ano de 2017 se verificou um crescimento dos ativos financeiros, este ficou a dever-se a amortizações extraordinárias de empréstimos contratualizados para o SMAS. A manutenção dos níveis regulares de amortização, em 2018, traduziu-se na redução dos ativos financeiros em cerca de 10%.

A utilização da restante parte do empréstimo de 5,4M€, dos quais outra parte havia já sido utilizada em 2017, permitiu que os passivos financeiros se mantivessem sem grande alteração.

Apesar da sua menor importância relativa, foram a *venda de bens de capital*, as *outras transferências de capital*, nas quais se incluem os financiamentos comunitários, e as *outras receitas de capital* as principais responsáveis pelos níveis de execução da receita de capital, a qual se ficou pelos 85% relativamente ao previsto em sede de orçamento municipal.

2.4.4 Outras receitas

O maior volume da receita corrente permitiu a opção pela menor utilização do saldo de gerência (-31%), permitindo que o conjunto das *outras receitas* registassem uma redução de dimensão semelhante, em resultado da importância do saldo de gerência nesta componente da receita.

TABELA 8 - EVOLUÇÃO DAS OUTRAS RECEITAS, 2017-2018

Outras receitas	2017-2018		2018	2017
	€	%	€	€
Reposições não abatidas nos pagamentos	190.863	290,3%	256.611	65.748
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	-5.675.438	-31,4%	12.401.756	18.077.194
Outras Receitas	-5.484.575	-30,2%	12.658.367	18.142.942

A execução desta componente da receita foi de 102%, sobretudo em resultado do aumento significativo das *reposições não abatidas nos pagamentos*³ que, embora de valor pouco relevante, registou um crescimento muito significativo relativamente ao previsto.

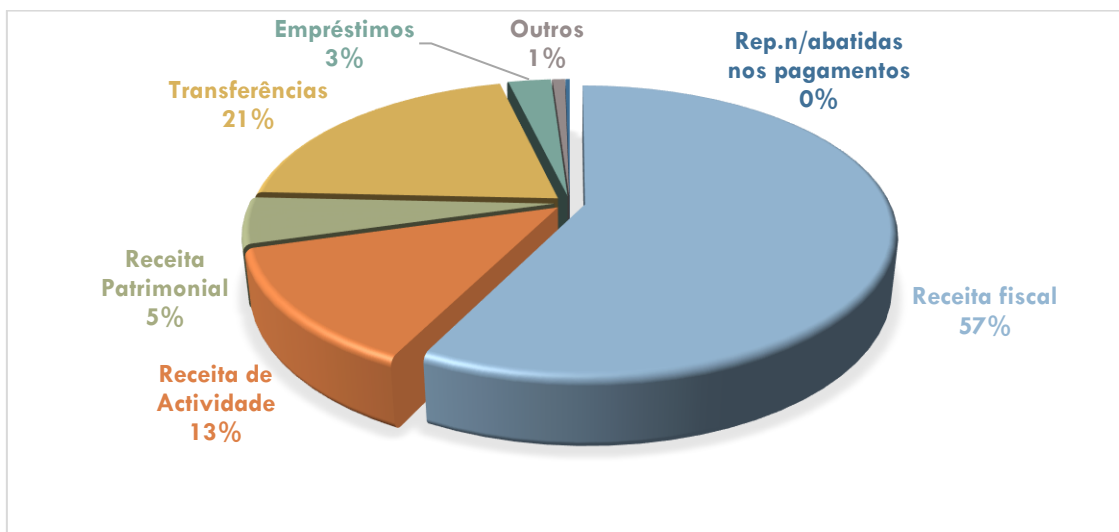
2.4.5 Receita por grandes agregados

No sentido de permitir uma análise mais profunda da receita municipal em 2018 e na sequência do que havia já sido feito relativamente ao ano anterior, organizou-se a receita de acordo com a sua origem, considerando que

- A *receita fiscal* é constituída pela receita proveniente dos impostos locais, diretos e indiretos;
- A *receita de atividade* inclui a receita proveniente de taxas e outras penalidades, bem como a que resulta da venda de bens e serviços, exceto a proveniente da gestão do património municipal;
- A *receita patrimonial* congrega a receita da gestão do património municipal, nomeadamente os rendimentos de propriedade, da gestão de ativos, o produto da venda de bens de investimento e as rendas;
- As *transferências* têm origem em terceiros, correntes e de capital;
- Os *empréstimos* correspondem aos passivos financeiros;
- A rubrica *outros* integra as *outras receitas*, correntes e de capital;
- As *reposições não abatidas nos pagamentos* correspondem às devoluções de valores pagos em exercícios anteriores.

³ Mais de metade correspondente à reversão de depósitos obrigatórios de expropriação da Via 1

GRÁFICO 5 - ESTRUTURA DA RECEITA POR GRANDES AGREGADOS, 2018



Observada a estrutura da receita por grandes agregados, constata-se o protagonismo da receita fiscal, responsável por mais de metade da receita municipal em 2018. Alguma relevância assumem também as transferências e as receitas da atividade. Em conjunto, estas três fontes de receita municipal são responsáveis por 75% do total, não contabilizando a utilização do saldo de gerência.

O protagonismo da receita fiscal foi, aliás, reforçado, quando comparado com o ano anterior, resultado da dinâmica registada no último ano. O mesmo se verificou com a receita de atividade. Em contrapartida a receita proveniente de transferências viu diminuir a sua importância na estrutura das receitas do Município, face a 2017.

TABELA 9 - EVOLUÇÃO DA RECEITA POR GRANDES AGREGADOS, 2017-2018

RECEITAS	2017-2018		2018 €	2017 €
	€	%		
Receita fiscal	7.315.491	15,1%	55.724.820	48.409.328
Receita de Atividade	2.501.315	24,4%	12.732.434	10.231.119
Receita Patrimonial	-341.185	-6,4%	5.020.641	5.361.826
Transferências	-439.923	-2,2%	19.927.797	20.367.721
Empréstimos	-150.000	-5,5%	2.600.000	2.750.000
Outros	82.538	12,1%	765.461	682.923
Rep.n/abatidas nos pagamentos	190.863	290,3%	256.611	65.748
Total	9.159.100	10,4%	97.027.764	87.868.665

A RECEITA FISCAL

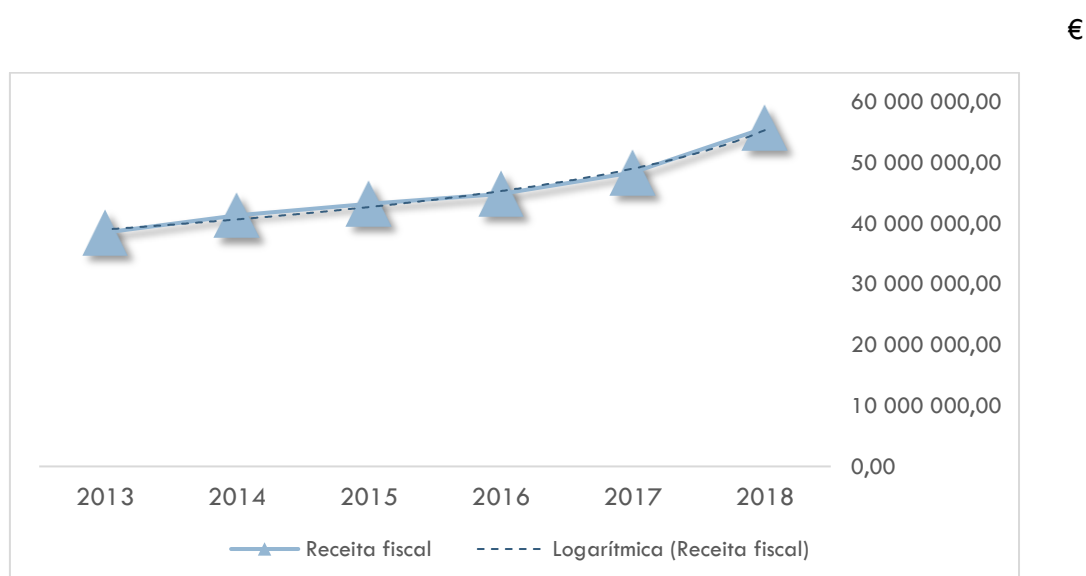
No seguimento da tendência verificada nos últimos cinco anos, a receita fiscal manteve-se crescente também em 2018, aumentando 15% relativamente a 2017. Em 2018, a receita fiscal correspondeu a cerca de 56M€.

Na sua composição, os impostos diretos constituem mais de 96%, e nestes o IML, primeiro, e o IMT, de seguida, respondem por 86%. São, portanto, estes impostos os principais responsáveis pelas variações da receita fiscal do Município, em 2018 como nos anos anteriores.

TABELA 10 - EVOLUÇÃO DA RECEITA FISCAL, 2017-2018

Receita fiscal	2018/2017		2018	2017
	€	%	€	€
IMPOSTOS DIRECTOS	6.820.044	15%	53.732.713	46.912.669
IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS/ Contribuição autárquica	1.228.673	4%	30.618.282	29.389.609
IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO/ Imposto Municipal sobre Veículos	162.385	4%	3.883.616	3.721.231
IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS/ SISA	4.842.988	45%	15.716.213	10.873.225
DERRAMA	580.685	20%	3.445.102	2.864.417
IMPOSTOS DIRECTOS DIVERSOS	5.312	8%	69.499	64.187
IMPOSTOS INDIRECTOS	495.448	33%	1.992.107	1.496.660
Total	7.315.491	15%	55.724.820	48.409.328

GRÁFICO 6 - EVOLUÇÃO DA RECEITA FISCAL, 2013-2018



O crescimento de 4,8M€ na receita de IMT e de 1,2M€ na receita de IMI, respondem por 82% do aumento da receita fiscal. Se o crescimento da receita de IMT não pode ser dissociado do dinamismo do mercado imobiliário, o mesmo se poderá aventar da receita de IMI, cuja taxa se manteve relativamente a 2017. O aumento do número de edifícios avaliados e do respetivo valor patrimonial justificará o crescimento registado⁴.

Merece ainda referência a variação do montante arrecadado pelo Município em derrama, não tanto pelo seu contributo para a variação da receita fiscal (8% do total do acréscimo), mas antes pela sua variação face ao ano anterior. Efetivamente, a derrama cresce, em 2018,

⁴ O número de prédios avaliados em 2015 foi de 124 mil, em 2016, de 131 mil e, em 2017, de 153 mil. A este aumento do número de prédios avaliados corresponde um crescimento do valor patrimonial da totalidade dos prédios de 7.940 M€, em 2015, para 8.614M€, em 2016, e 10.516M€ em 2017.

cerca de 20% relativamente ao ano anterior, numa afirmação da tendência que já vinha registando desde 2014.

Previsões cautelosas, por um lado, e a imprevisibilidade da dimensão do dinamismo do mercado imobiliário, por outro, justificam uma taxa de execução cerca de 20% superior ao previsto em sede de orçamento, tanto para os impostos diretos (118%), como para os impostos indiretos (119%).

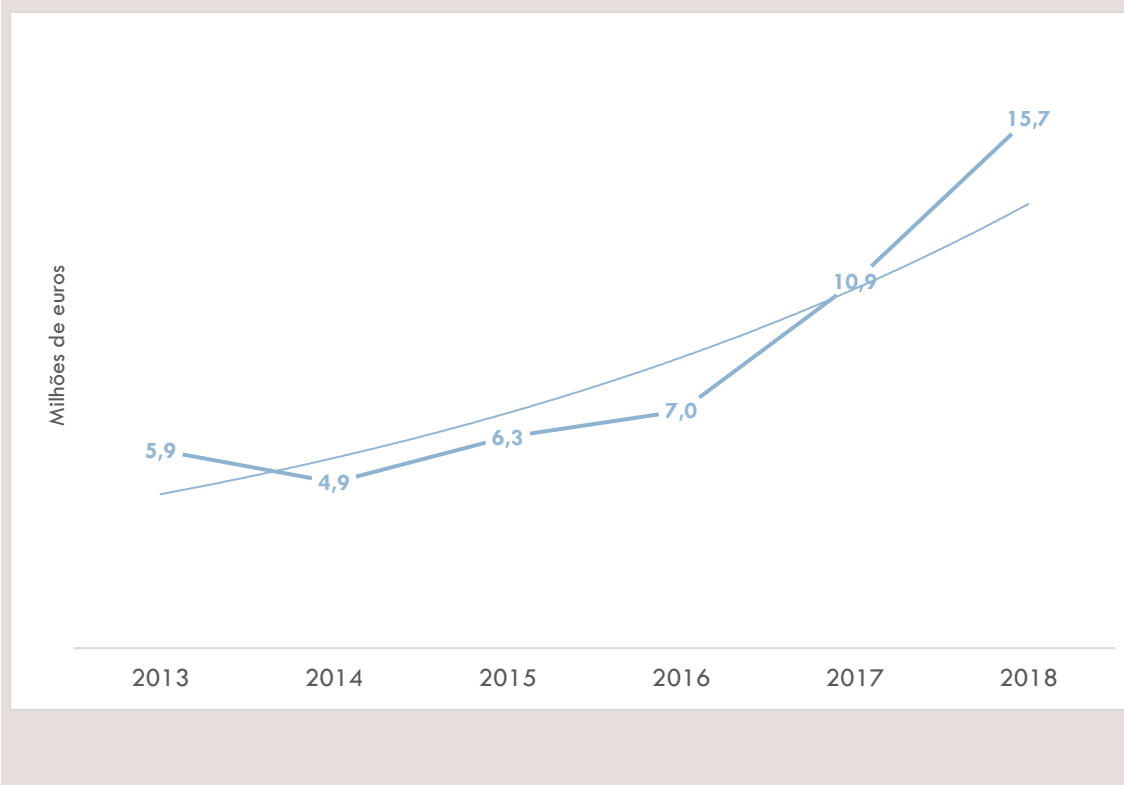
CAIXA 1 - VARIAÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE TRANSAÇÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS 2013-2018

O significativo aumento da receita de IMT em 2018 (+45%), merece uma observação mais atenta. Efetivamente, o montante do imposto em 2018 corresponde a cerca de duas vezes e meia o valor registado em 2013, resultado de um crescimento persistente, embora a ritmos diferentes, ao longo do período 2013-2018, com especial relevância nos dois últimos anos.

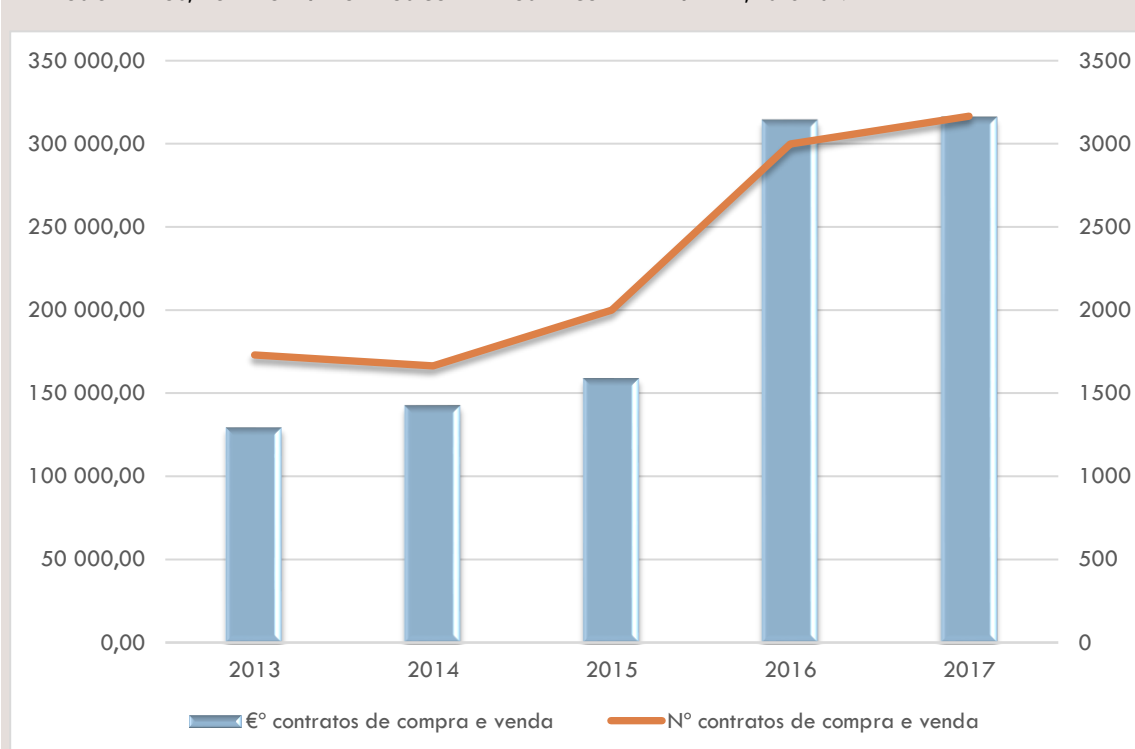
O dinamismo do mercado imobiliário não será indiferente a este crescimento.

Efetivamente, a observação do comportamento do volume e número dos contratos de compra e venda de prédios urbanos no Município, permite observar essa relação natural e justificará o comportamento das receitas do IMT no Município.

RECEITA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS, 2013-2018



PRÉDIOS URBANOS, NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE COMPRA E VENDA, 2013-2017



Fonte: DGPJ, Operações sobre imóveis

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL

Correspondendo a cerca de 20M€, as transferências responderam por 21% da receita municipal no ano de 2018.

Em 2018, as transferências do Orçamento do Estado constituíram 88% deste tipo de receitas, sendo as transferências da Administração Central, particularmente do Ministério da Educação, responsáveis por outros 9%. Incluem-se neste grupo as transferências para pessoal auxiliar e apoio à família na educação pré-escolar, e para atividades de enriquecimento curricular e refeições escolares no 1º ciclo, entre outras.

As transferências do Orçamento do Estado registram, em 2018, alguma estabilidade, tendo crescido cerca de 2% relativamente a 2017, totalizando 17,5M€. No caso das transferências da Administração Central, por seu lado, assiste-se a uma redução de cerca de 30%, ficando-se pelos 1,7M€. Em consequência, o conjunto das receitas provenientes de transferências registam, em 2018, uma redução de cerca de 2%, relativamente a 2017.

Refira-se ainda o aumento significativo das receitas provenientes de *outras transferências* (+400%), nomeadamente do Fundo Ambiental, e a diminuição do financiamento comunitário (-41%). Em conjunto, o saldo destas variações traduz-se num aumento de 43,6 mil euros.

TABELA 11 - EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL, 2017-2018

Transferências	2018/2017		2018	2017
	€	%	€	€
Transferências do estado*	258.852	2%	17.515.642	17.256.790
Fundos comunitários	-232.432	-41%	327.688	560.120
Administração Central	-742.381	-30%	1.739.003	2.481.384
Outras Transferências	276.038	398%	345.465	69.426
Total transferências	-439.923	-2%	19.927.797	20.367.721

* FEF correntes+FEF capital+FSM+IRS

A maior previsibilidade das receitas provenientes do Orçamento do Estado permitiu uma taxa de execução da receita originária de transferências de cerca de 92%, resultado do efeito simultâneo dos 100% de execução das transferências do Estado e dos cerca de 60% do conjunto das restantes componentes.

RECEITA DE ATIVIDADE

TABELA 12 - EVOLUÇÃO DA RECEITA DE ATIVIDADE, 2017-2018

Receita de Atividade	2018/2017		2018	2017
	€	%	€	€
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	-1.067.684	-30%	2.435.974	3.503.658
TAXAS DE JUSTIÇA	8.039	66%	20.278	12.240
TAXAS DE REGISTO DE NOTARIADO	0		0	0
TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	0			
Mercados e Feiras	-81	-12%	613	693
Loteamento e Obras	574.212	38%	2.103.439	1.529.226
Ocupação de Via Pública	652	3%	20.872	20.220
Outros	0			
TDFTH - Taxa de Depósito Ficha Técnica de Habitação	679	35%	2.638	1.959
Taxa pela emissão do certificado de registo	2.105	59%	5.688	3.583
Outras	-3.067	-5%	63.184	66.251
MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	-1.650.223	-88%	219.263	1.869.485
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	3.568.999	53%	10.296.460	6.727.461
VENDA DE BENS	15.907	133%	27.835	11.928
Venda de SERVIÇOS	0			
SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DESPORTO	0			
Serviços Sociais	-749	-7%	9.398	10.147
Serviços Recreativos	179.586	38%	649.010	469.424
Serviços Culturais	-1.583	-33%	3.231	4.814
Serviços Desportivos	8.289	1%	1.381.772	1.373.483
SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	0			
Resíduos Sólidos	3.377.344	146%	5.687.670	2.310.325
Trabalhos por Conta de Particulares	-25	-2%	1.155	1.180
Cemitérios	8.992	3%	271.322	262.330

Receita de Atividade	2018/2017		2018	2017
	€	%	€	€
Mercados e Feiras	-13.125	-7%	187.552	200.677
Creches e Refeitórios	1.140	1%	113.521	112.382
Reembolso de Seguros	-607	0%	187.992	188.600
Apoio Alimentar	-42	0%	1.064.511	1.064.554
Transportes Escolares	6.911	6%	115.848	108.937
Prolongamento de horários	19.025	5%	377.141	358.116
Outros	-26.994	-11%	211.278	238.272
OUTROS	-5.069	-41%	7.224	12.293
Total	2.501.315	24%	12.732.434	10.231.119

Em 2018, a receita de atividade correspondeu a 12,7M€, responsável por 13% da receita total do Município.

Para aquele montante contribuíram particularmente as receitas do serviço de recolha e encaminhamento de resíduos sólidos e as taxas sobre operações de loteamento e obras de particulares, respetivamente com 45% e 17% do total das receitas de atividade.

As receitas provenientes do serviço de recolha e encaminhamento de resíduos urbanos, correspondente a 5,7M€, mais que duplicaram relativamente a 2017, por força da entrada em 2018 de receita não transferida pelos SMAS no ano anterior.

A dinâmica do mercado imobiliário, já referida, não estará dissociada do aumento em 38% das receitas das taxas aplicadas a operações de loteamento e obras de particulares que, em 2018, totalizaram 2,1M€.

Os serviços desportivos e o apoio alimentar, responsáveis, respetivamente, por 1,4M€ e 1,1M€ mantêm-se estáveis, o primeiro respondendo por 11% da receita de atividade e, o segundo, por 8%.

Globalmente, a receita originária da atividade municipal registou um aumento de cerca de 24%, ultrapassando o montante previsto em cerca de 19%.

Para este nível de execução contribuiu a maior parte das suas rúbricas. Excetuaram-se a estes níveis de execução maioritariamente superiores ao previsto ou com níveis superiores a 80%, as receitas provenientes de serviços culturais e a venda de outros serviços, ambos com níveis de execução de 67%.

RECEITA PATRIMONIAL

Correspondendo a 5M€, a receita patrimonial responde, em 2018, por 5% da receita total do Município.

O seu montante registou uma quebra de cerca de 6% relativamente ao ano anterior, traduzindo a redução da maior parte das suas componentes.

Se as rendas, principal fonte da receita patrimonial (66% do total), se mantêm, no essencial, relativamente a 2017, as restantes componentes registam quebras entre os 10% e os 36%. Lembre-se que a principal fonte de rendas é a Concessão de Energia Elétrica em Baixa Tensão.

Os ativos financeiros, principalmente constituídos pelas amortizações de empréstimos contratualizados para os SMAS, registam uma quebra de 10% relativamente a 2017, em resultado da ausência de amortizações extraordinárias, como a que ocorreu naquele ano.

A receita patrimonial registou uma execução de 97%, particularmente induzida pela execução de 100% das rendas e ativos financeiros, suas principais componentes, já que os rendimentos de propriedade registaram uma execução de 73% e a venda de bens de investimento de 14%.

TABELA 13 - EVOLUÇÃO DA RECEITA PATRIMONIAL, 2017-2018

Receita Patrimonial	2018/2017		2018	2017
	€	%	€	€
Rendimentos de Propriedade	-191.828	-36,5%	333.866	525.694
Venda de Bens de Investimento	-1.208	-32,7%	2.489	3.697
Ativos financeiros	-159.493	-10,4%	1.375.777	1.535.270
RENDAS	11.345	0,3%	3.308.510	3.297.165
Total	-341.185	-6,4%	5.020.641	5.361.826

EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos, constituídos pela utilização da parte restante do empréstimo contratado em 2017, respondem por 2,6M€ e são responsáveis por cerca de 3% das receitas municipais.

A sua diminuição de cerca de 6%, correspondeu à execução de 100% do previsto.

2.4.6 Receita liquidada por cobrar

No fim do ano ficaram por cobrar 4 M€ de receita liquidada.

Para aquele montante contribuíram principalmente os impostos indiretos (21%), particularmente sobre operações de loteamento e obras de particulares; as transferências do Ministério da Educação (20%); e as vendas de bens e serviços correntes (38%), nomeadamente de rendas de habitação. No conjunto, estas componentes são responsáveis por cerca de 80% do total da receita por cobrar.

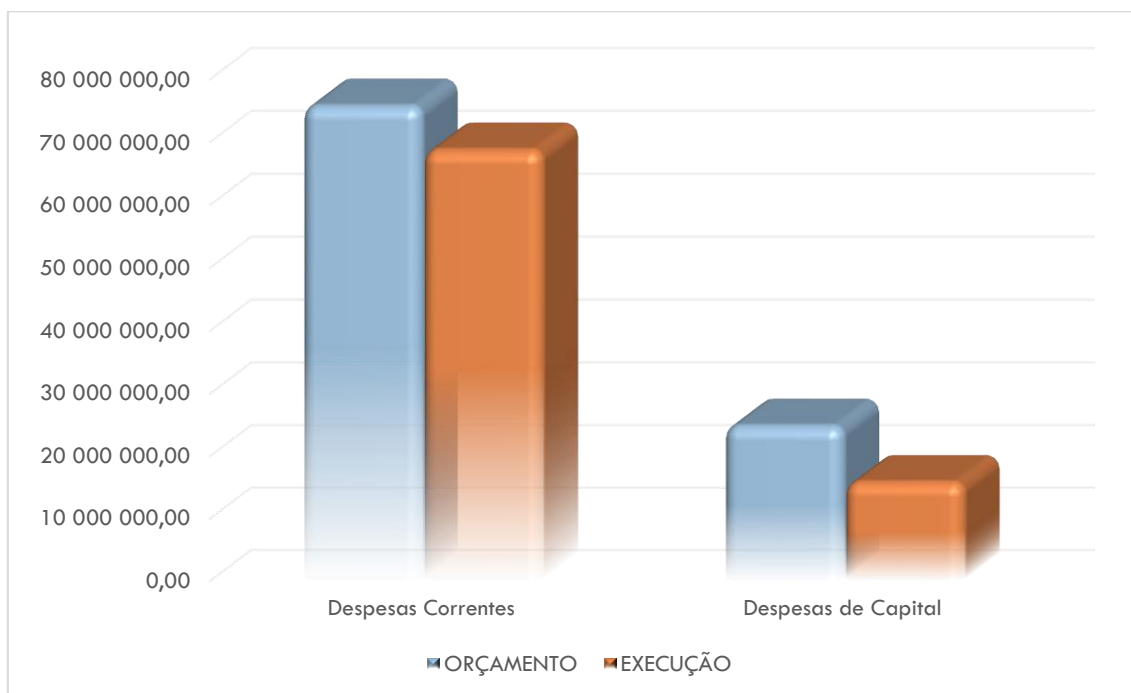
2.5 Despesas

As despesas municipais, em 2018, no montante 84,5M€, integram 68,7M€ de despesas correntes e 15,8M€ de despesas de capital, respondendo, respetivamente por 81% e 19% do total da despesa.

A despesa executada corresponde a 84% da despesa orçamentada, nível de execução maior nas despesas correntes (91%) e menor nas despesas de capital (64%).

Globalmente, a despesa executada em 2018 traduz uma quebra relativamente ao ano anterior de cerca de 9%, principalmente impulsionada pelas despesas de capital (-35%), já que as despesas correntes registaram alguma estabilidade (-0,5%).

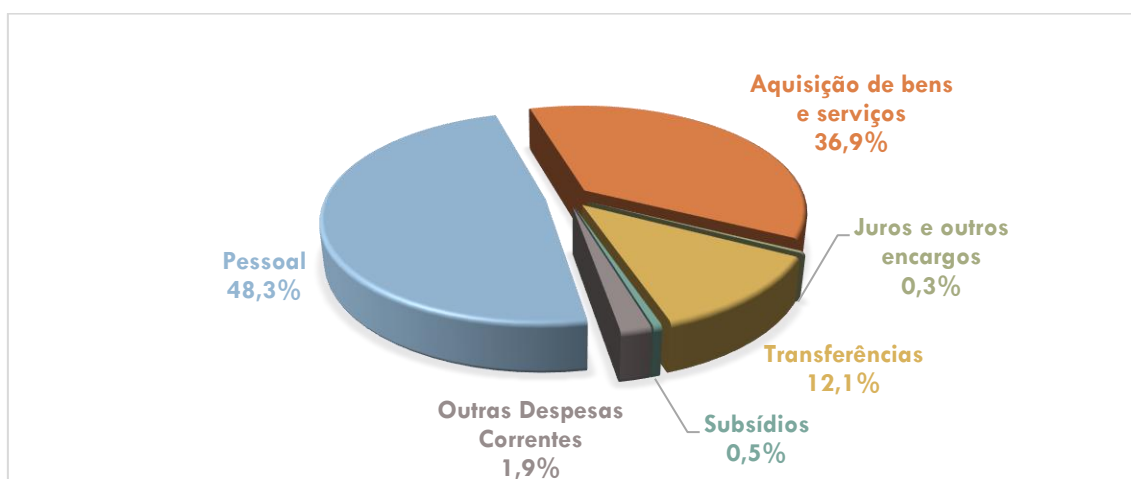
GRÁFICO 7 - DESPESA 2018, ORÇAMENTO E EXECUÇÃO



2.5.1 Despesas correntes

As despesas com pessoal continuam a constituir a principal despesa corrente do Município (35M€), seguindo-se-lhe, por ordem de grandeza do montante afeto, a aquisição de bens e serviços (23,4M€) e as transferências (8,4M€).

GRÁFICO 8 - ESTRUTURA DAS DESPESAS CORRENTES, 2018



O prosseguimento da reversão das reduções remuneratórias e o aumento da remuneração mensal mínima garantida traduziram-se no aumento das despesas com pessoal em cerca de 7% relativamente ao ano anterior, correspondendo a uma execução de 96% face ao previsto em sede de orçamento.

O mesmo se verificou com as transferências cujo aumento foi de 4% relativamente ao ano anterior, traduzindo um nível de execução de 92%.

Pelo contrário, as despesas com a aquisição de bens e serviços registaram uma quebra de 10% face ao ano anterior e uma execução de 84% face ao orçamentado.

TABELA 14 - EVOLUÇÃO DA DESPESA CORRENTE, 2017-2018

DESPESAS CORRENTES	2018/2017		2018	2017
	€	%	€	€
Pessoal	2.229.339	6,8%	34.966.928	32.737.589
Aquisição de bens e serviços	-2.726.219	-10,5%	23.356.950	26.083.169
Juros e outros encargos	-27.662	-12,4%	195.296	222.958
Transferências	353.129	4,4%	8.425.203	8.072.074
Subsídios	10.550	2,7%	408.400	397.850
Outras Despesas Correntes	-164.001	-10,9%	1.336.554	1.500.555
Total de Despesas Correntes	-324.864	-0,5%	68.689.331	69.014.196
% da Despesa Total			81%	74%

2.5.2 Despesas de Capital

Correspondendo a 15,8M€, as despesas de capital são principalmente constituídas pela aquisição de bens de capital e passivos financeiros que, em conjunto, mobilizam 85% deste tipo de despesas.

O aumento do peso dos passivos financeiros na estrutura da despesa de capital resulta mais do comportamento das restantes componentes do que de qualquer alteração sensível no seu montante, constituindo, aliás, a rúbrica das despesas de capital que mantém maior estabilidade face ao ano anterior.

Uma taxa de execução das despesas de capital de 64% face ao orçamentado, traduziu-se numa quebra relativamente ao ano anterior, consequência da diminuição de todas as suas componentes, particularmente da despesa com a aquisição de bens de capital. A aquisição de bens de capital, que mobilizou cerca de 9,2M€, em 2018, registou uma taxa de execução de 53%, a qual se traduziu numa diminuição de 46% relativamente ao ano anterior.

Já os passivos financeiros, com cerca de 4M€, registaram um nível de execução de 99% e mantiveram alguma estabilidade (-3%).

GRÁFICO 9 - ESTRUTURA DAS DESPESAS DE CAPITAL, 2018

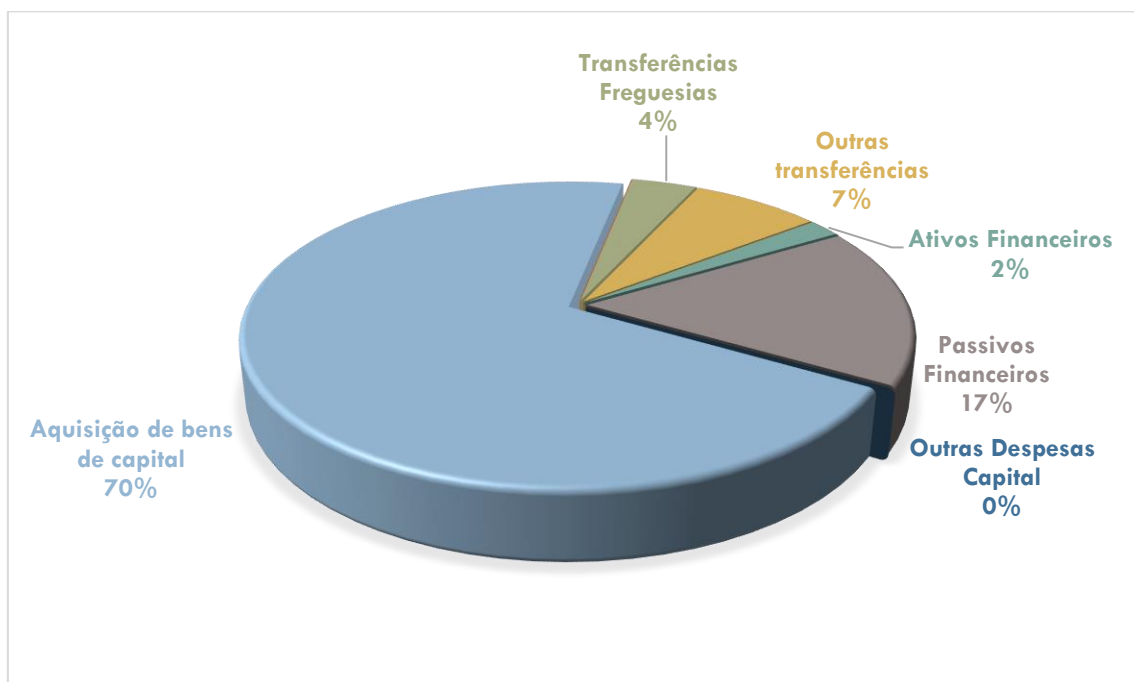


TABELA 15 - EVOLUÇÃO DA DESPESA DE CAPITAL, 2017-2018

DESPESAS DE CAPITAL	2018/2017		2018	2017
	€	%	€	€
Aquisição de bens de capital	-7.886.719	-46%	9.224.126	17.110.845
Transferências	-297.544	-13%	1.932.390	2.229.935
Freguesias	-24.362	-3%	926.719	951.080
Outras Transferências	-273.183	-21%	1.005.672	1.278.854
Ativos Financeiros	-156.490	-25%	468.771	625.261
Passivos Financeiros	-148.532	-3%	4.138.702	4.287.234
Outras despesas Capital	-17.000	-100%	0	17.000
Total de Despesas de Capital	-8.506.286	-35%	15.763.989	24.270.275

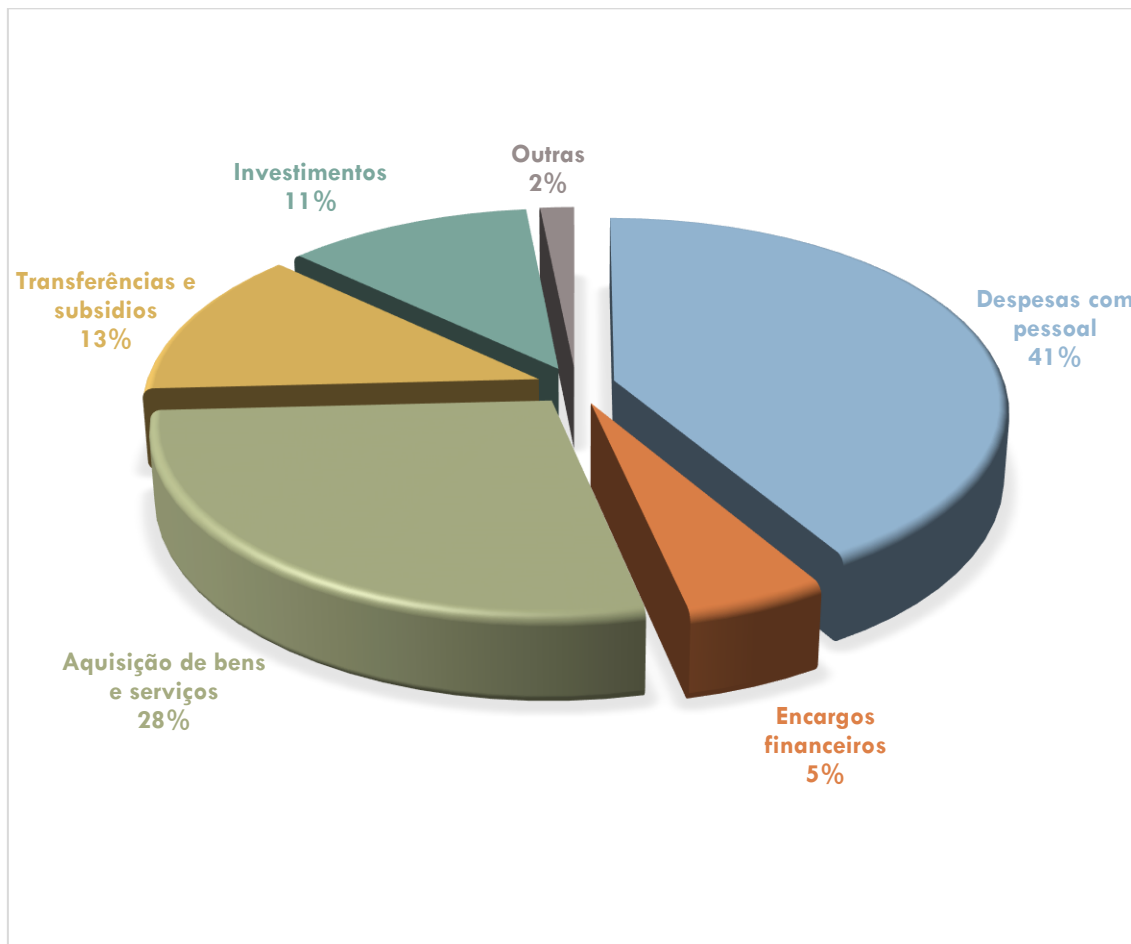
2.5.3 Despesa por grandes agregados

Conforme se apresentou relativamente à receita, optou-se também por uma análise por grandes agregados relativamente à despesa. Assim considerou-se que

- Despesas de pessoal, correspondendo à classificação económica 01;
- Encargos financeiros, correspondem à despesa inscrita nos capítulos 03 e 10 da classificação económica, incluindo, portanto, encargos de natureza corrente e de capital;
- Aquisição de bens e serviços, constituída pelo capítulo 02 da classificação económica;

- Transferências e subsídios, a despesa correspondente aos capítulos 04, 05 e 08;
- Investimentos e ativos financeiros, o inscrito nos capítulos 07 e 09;
- Outras despesas, correspondendo às *outras despesas correntes* (capítulo 06) e *outras despesas de capital* (capítulo 11).

GRÁFICO - ESTRUTURA DA DESPESA POR GRANDES AGREGADOS, 2018



Nesta perspectiva, as principais componentes da despesa são, por ordem de grandeza da despesa mobilizada, as despesas com pessoal, a aquisição de bens e serviços, as transferências e subsídios e os investimentos, destinos que, em conjunto, mobilizam 93% do total.

O comportamento da despesa com a aquisição de bens e serviços e de investimento constituiu o principal responsável pela redução da despesa, quer pela sua importância na estrutura da despesa, quer pela relevância das respectivas quebras.

DESPEAS COM PESSOAL

As despesas com pessoal correspondem a 35M€, um crescimento de 7% relativamente ao ano anterior.

Nas componentes da despesa com pessoal destacam-se as remunerações certas e permanentes que, em 2018, responderam por 73% das despesas com pessoal.

O aumento em cerca de 700 mil euros das remunerações do pessoal dos quadros com regime de contrato individual de trabalho e de cerca de 900 mil euros das remunerações do pessoal em regime de tarefa e avença respondem por cerca de 90% do aumento das remunerações certas e permanentes. Para este crescimento contribuíram ainda as remunerações com pessoal em qualquer outra situação, os subsídios de férias e de natal e o subsídio de refeição, apesar da redução das remunerações com pessoal contratado a termo.

Estes aumentos não estarão dissociados do crescimento do salário mínimo nacional que, em 2018, cresceu cerca de 4% relativamente a 2017, e do subsídio de refeição em agosto de 2017, nem do ligeiro aumento do número de pessoas ao serviço (0,5%⁵).

As indemnizações por cessação de funções e o aumento das contribuições para a segurança social respondem pelos aumentos dos Abonos variáveis ou eventuais – o primeiro caso – e da despesa com a segurança social – o segundo. Cada uma destas componentes cresce cerca de 240 mil euros respondendo pela maior parte da variação das rubricas em que se classificam.

TABELA 16 - EVOLUÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL, 2017-2018

DESPEAS COM PESSOAL	2018/2017		2018	2017
	€	%	€	€
REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	1.636.240	7%	25.673.146	24.036.905
ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	287.640	22%	1.592.699	1.305.059
SEGURANÇA SOCIAL	305.459	4%	7.701.084	7.395.625
Total despesas com pessoal	2.229.339	7%	34.966.928	32.737.589

A despesa com pessoal registou uma taxa de execução de 96%.

⁵ Variação entre o número de pessoas ao serviço a 31 de dezembro de 2017 e a 31 de dezembro de 2018.

AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

A aquisição de bens e serviços correspondeu, em 2018, a cerca de 23,4M€, principalmente destinada à aquisição de serviços que mobiliza cerca de 20,7M€.

Nos serviços adquiridos assumem particular relevância, na perspetiva do montante mobilizado, as despesas com *outros trabalhos especializados* (3,8M€), com encargos de eletricidade e água em instalações municipais e iluminação pública (2,5M€ cada uma) e com o tratamento de resíduos urbanos (2,7M€), correspondente ao pagamento à AMARSUL. A despesa com a aquisição de serviços de fornecimento de refeições escolares, os encargos de cobrança e a rubrica *outros*, mobilizam, em conjunto, cerca de 3,9M€.

A aquisição de bens e serviços registou uma redução de 10% relativamente a 2017, fruto de comportamentos de sentido contrário nas suas diferentes componentes.

A sua execução foi de 84%, com níveis distintos entre as suas diferentes rubricas.

TABELA 17 - EVOLUÇÃO DA DESPESA COM AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, 2017-2018

AQUISIÇÃO DE EBSN E SERVIÇOS	2018/2017		2018	2017
	€	%	€	€
AQUISIÇÃO DE BENS	-674.722	-20%	2.634.054	3.308.776
Matérias-primas e subsidiárias				
Combustíveis e lubrificantes	-95.838	-7%	1.298.217	1.394.055
Munições, explosivos e artifícios				
Alimentação- refeições confeccionadas	-5.215	-2%	294.304	299.519
Alimentação- géneros para confeccionar	-585	-4%	13.664	14.249
Vestuário e artigos pessoais	-32.009	-29%	80.028	112.037
Material de escritório	305	1%	44.109	43.803
Produtos químicos e farmacêuticos	7.376	252%	10.299	2.923
Material de consumo clínico	-3.565	-52%	3.235	6.800
Material de transporte- peças	-96.027	-30%	219.193	315.220
Prémios, condecorações e ofertas	-306.762	-59%	211.395	518.157
Mercadorias para venda	9.792	110%	18.671	8.879
Ferramentas e utensílios	3.944	180%	6.130	2.187
Livros e documentação técnica	190	71%	459	269
Artigos honoríficos e de decoração	-1.013	-85%	178	1.191
Material de educação, cultura e recreio	-17.889	-66%	9.372	27.261
Outros bens	-137.425	-24%	424.801	562.226
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	-2.051.498	-9%	20.722.896	22.774.393
Encargos de instalações	139.642	6%	2.539.370	2.399.728
Limpeza e higiene	-88.099	-13%	581.734	669.832
Conservação de bens	-164.303	-20%	674.114	838.417
Locação de edifícios	-99.042	-17%	481.818	580.860
Locação de material de informática	-4.170	-38%	6.840	11.011
Locação de outros bens	108.800	21%	634.405	525.605
Comunicações	-13.742	-6%	206.678	220.420
Transportes	52.817	13%	471.754	418.937
Representação dos serviços	-12.970	-52%	12.029	24.998

AQUISIÇÃO DE EBSN E SERVIÇOS	2018/2017		2018	2017
	€	%	€	€
Seguros	17.720	4%	476.102	458.382
Deslocações e estadas	-6.572	-24%	20.532	27.104
Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	-2.082	-1%	244.298	246.380
Formação	-9.718	-19%	42.471	52.189
Seminários, exposições e similares	-5.060	-6%	81.833	86.893
Publicidade	-4.928	-2%	287.689	292.617
Vigilância e segurança	5.315	2%	346.033	340.717
Assistência técnica	-482.438	-43%	651.995	1.134.434
Outros trabalhos especializados	-1.076.703	-22%	3.762.667	4.839.370
Serviços de saúde	-42.456	-23%	139.603	182.060
Encargos de cobrança de receitas	124.077	11%	1.247.913	1.123.837
RSU- Resíduos Sólidos urbanos	120.780	5%	2.743.106	2.622.327
Retenção de Fundos Municipais (LOE)				
Apoio Alimentar	-134.734	-8%	1.461.297	1.596.031
Iluminação Pública	-12.521	-1%	2.464.170	2.476.691
Outros	-461.108	-29%	1.144.445	1.605.553
TOTAL	-2.726.219	-10%	23.356.950	26.083.169

TRANSFERÊNCIAS DE SUBSÍDIOS

Correspondendo a cerca de 11M€, as transferências e subsídios destinam-se principalmente a instituições sem fins lucrativos e freguesias, quer no âmbito dos processos de descentralização, quer dos acordos de execução. Elas incluem ainda a execução do contrato programa com a Ecalma.

Em 2018, o valor das transferências e subsídios manteve-se praticamente inalterado face a 2017 (+0,6%), resultado de comportamentos distintos entre as suas componentes. Efetivamente, enquanto as transferências correntes e os subsídios registam um comportamento ascendente, as transferências de capital evoluem em sentido contrário. Do mesmo modo, enquanto as transferências destinadas às freguesias e empresas municipais e intermunicipais registaram uma variação positiva, as transferências dirigidas às instituições sem fins lucrativos registam uma diminuição.

Avaliando o tipo de transferência, assinala-se o aumento das transferências correntes e subsídios e a diminuição das transferências de capital.

TABELA 18 - EVOLUÇÃO DA DESPESA COM TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS, 2017-2018

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS	2018/2017		2018	2017
	€	%	€	€
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				
FREGUESIAS				
Descentralização de competências	-2.276	-0,24%	947.374	949.649
Acordos de Execução	160.000	12,25%	1.465.788	1.305.788
Outros Administração Local				
INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS				
Bombeiros	2.181	0,39%	564.600	562.419
Outras	214.224	4,09%	5.447.441	5.233.217
FAMÍLIAS	-21.000	-100%	0	21.000
SUBSÍDIOS				
EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS	103.000	35%	400.000	297.000
INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	-92.450	-92%	8.400	100.850
FAMÍLIAS				
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL				
FREGUESIAS				
Descentralização Limpeza Pública	-24.362	-100%	0	24.362
Descentralização de competências	0	0,00%	516.966	516.966
Acordos de Execução	0	0,00%	409.753	409.753
INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	-273.183	-21,36%	1.005.672	1.278.854
TOTAL TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS	66.135	0,62%	10.765.993	10.699.858

A despesa em transferências e subsídios apresentou um nível de execução de 87%, principalmente por efeito da menor execução das transferências para instituições sem fins lucrativos.

INVESTIMENTOS

Os investimentos respondem por cerca de 10M€, principalmente constituídos pelo investimento em edifícios escolares e construções de viadutos e arruamentos que respondem por 41% do total da despesa em investimento. Relevância assumem também a reparação de edifícios, os parques e jardins, o equipamento básico e *outros investimentos*, num total de 37%. O conjunto das rubricas explicitadas mobiliza, assim, um total de 78% do total da despesa de investimento do Município, em 2018.

Despesa que traduz uma quebra sensível relativamente ao ano anterior (-45%), quebra comum à maior parte das suas componentes e de que são exceção o investimento em edifícios escolares, em cemitérios e *outros investimentos*.

A despesa de investimento prevista para 2018 foi executada em 55%, comuns à maior parte das suas componentes.

TABELA 19 - EVOLUÇÃO DA DESPESA EM INVESTIMENTO, 2017-2018

INVESTIMENTO	2018/2017		2018	2017
	€	%	€	€
Terrenos	-226.504	-100%	0	226.504
Habitacões	-199.371	-43%	263.922	463.292
Edifícios	-3.419.085	-46%	3.950.802	7.369.887
Construções diversas	-2.926.618	-54%	2.517.034	5.443.653
Material de transportes	-178.043	-28%	464.196	642.239
Equipamento de informática	-254.415	-45%	309.729	564.144
Software informático	-10.914	-18%	50.926	61.840
Equipamento administrativo	0		0	0
Equipamento básico	-683.843	-50%	689.103	1.372.947
Outros investimentos	116.278	17%	797.015	680.737
Material de transporte	-48.744	-21%	181.399	230.143
Maquinaria e equipamento	-55.459	-100%	0	55.459
Ativos financeiros	-156.490	-25%	468.771	625.261
Total despesa de investimento	-8.043.209	-45%	9.692.897	17.736.106

ENCARGOS FINANCEIROS

A despesa do Município com encargos financeiros soma 4M€, uma redução de cerca de 4% relativamente ao ano anterior.

Na sua composição relevam principalmente as amortizações dos empréstimos de médio e longo prazos que constituem 96% do total dos encargos financeiros do Município e cujo montante se reduziu em cerca de 180 mil euros relativamente a 2017.

A execução dos encargos financeiros previstos atingiu os 99%.

TABELA 20 - EVOLUÇÃO DA DESPESA EM ENCARGOS FINANCEIROS, 2017-2018

Encargos financeiros	2018/2017		2018	2017
	€	%	€	€
JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA	1.497	0,8%	183.744	182.247
OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA	-9	-100,0%	0	9
JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA	-7.784	-40,3%	11.552	19.336
MATERIAL DE TRANSPORTE	-6.299	-35,3%	11.552	17.851

Encargos financeiros	2018/2017		2018	2017
	€	%	€	€
MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	-1.485	-100,0%		1.485
OUTROS JUROS	-21.366	-100,0%		21.366
PASSIVOS FINANCEIROS (EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS)	-148.532	-3,5%	4.138.702	4.287.234
Total Encargos financeiros	-176.194	-3,9%	4.333.998	4.510.192

3 EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

As Grandes Opções do Plano mobilizaram, em 2018, cerca de 46M€, distribuídos por dez linhas de orientação, norteadoras da atividade e investimento municipais.

As atividades municipais são responsáveis por 79% das GOP executadas.

Entre as linhas de orientação, assume destaque pelo montante financeiro que mobiliza, o domínio da GOVERNANÇA, SERVIÇOS PÚBLICOS E CIDADANIA, que corresponde a 37% do total executado, por via da inclusão dos encargos com a gestão dos serviços, seguindo-se-lhe o AMBIENTE, ESPAÇO PÚBLICO, ESPAÇOS VERDES, ENERGIA, CLIMA E SUSTENTABILIDADE, incluindo a iluminação pública e os serviços de limpeza urbana, com 19%, e a EDUCAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E CONHECIMENTO, com 16%, incluindo os refeitórios escolares e a ação social escolar.

A estrutura financeira da execução das linhas de orientação não se afasta, no essencial, da estrutura prevista em sede de Orçamento Municipal.

GRÁFICO 10 - NÍVEIS DE EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO, POR LINHA DE ORIENTAÇÃO, 2018



Com a taxa de execução das atividades mais relevantes em cerca de 87% e do Plano Plurianual de Investimento em torno dos 55%, a execução das GOP, de 77%, traduziu-se no

aumento da importância das atividades, em detrimento do investimento, alterando, assim, a distribuição entre umas e outras, face ao previsto.

Do ponto de vista funcional, a despesa em Grandes Opções do Plano dirigiu-se, principalmente, para as Funções Sociais, que mobilizaram cerca de 47% do montante total, e para as Funções Gerais (39%). Em conjunto, estas duas áreas funcionais mobilizaram cerca de 86% do total da despesa em GOP.

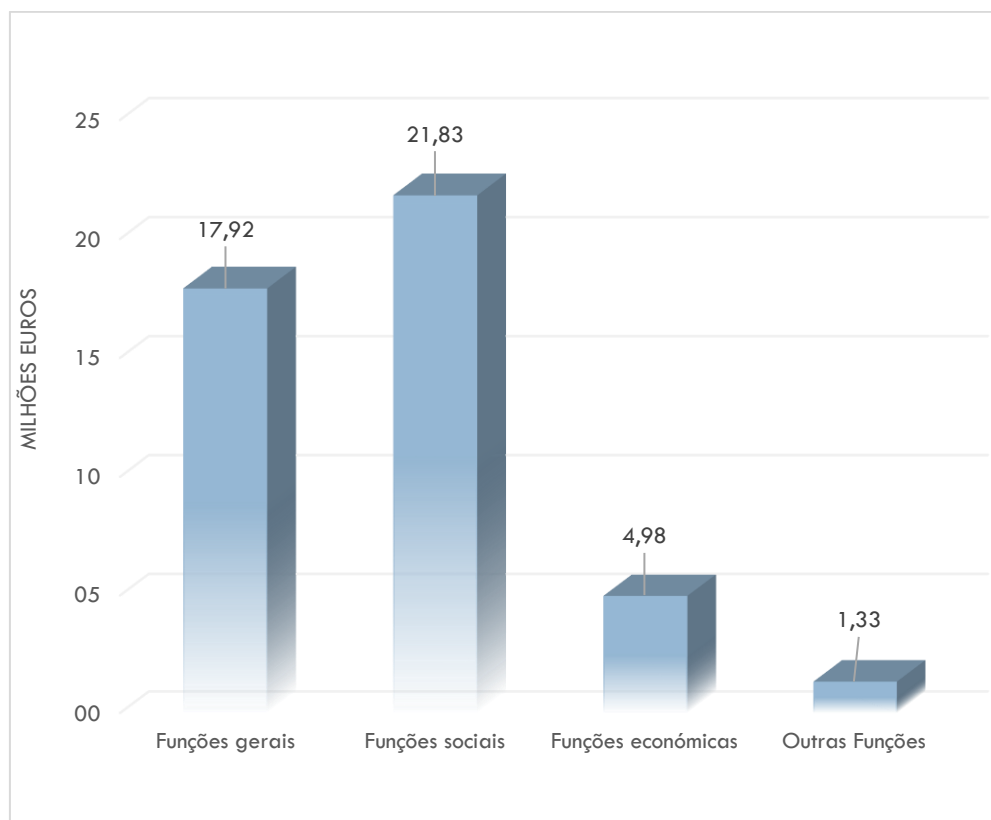
Nas *funções sociais* destaca-se a despesa em serviços auxiliares de educação, nomeadamente as de apoio alimentar e o alargamento do horário nos estabelecimentos de educação pré-escolar; a despesa com resíduos urbanos; com a proteção do meio ambiente e conservação da natureza, nomeadamente de valorização do património natural; de investimento no parque escolar do ensino básico; e em atividades culturais, nomeadamente de apoio a artes performativas.

Nas *funções gerais*, por seu lado, o grande protagonismo é assumido pela despesa em Administração Geral, na qual se incluem os encargos correntes da atividade municipal.

A despesa em funções económicas corresponde a cerca de 10% da despesa em GOP, e destina-se, principalmente, ao Plano de Desenvolvimento e Promoção da Costa da Caparica e ao MST.

Com cerca de 3% da despesa executada, as *Outras funções* correspondem, no essencial, às transferências para as freguesias.

GRÁFICO 11 - ESTRUTURA FUNCIONAL DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO, 2018



4 ANÁLISE FINANCEIRA E PATRIMONIAL

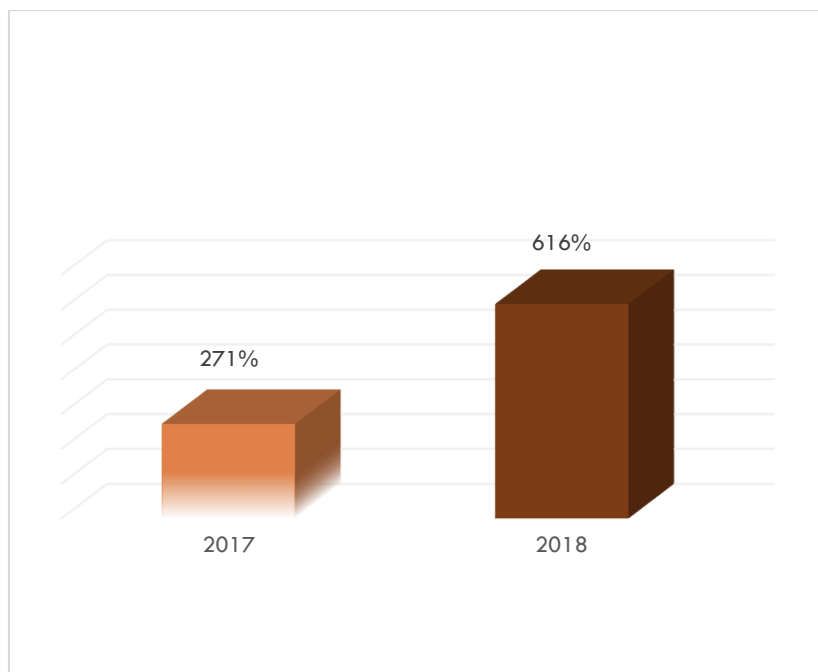
4.1 Situação patrimonial

O ativo municipal correspondeu, em 2018, a cerca de 404,1M€ de fundos aplicados, um aumento de cerca de 1,7% relativamente a 2017 (+7M€). Este aumento ficou a dever-se ao efeito conjugado do aumento das disponibilidades (+12,8M€) e do resultado líquido do exercício (+10,1M€) e teve capacidade para compensar a redução nas restantes rúbricas do ativo (imobilizado e dívidas de terceiros) e o aumento das amortizações verificado.

O ativo municipal é principalmente constituído pelo imobilizado (80%), que vê a sua importância no ativo reduzida relativamente a 2017, por contrapartida do aumento da importância das disponibilidades que, em 2018, constituíam 9% do ativo, contra os 6% em 2017.

Do efeito combinado do aumento das disponibilidades e da redução do passivo de curto prazo (-32,6%), a capacidade do Município para fazer face aos seus compromissos de curto prazo aumentou de forma significativa, como resulta do rácio de liquidez imediata.

GRÁFICO 12 - RÁCIO DE LIQUIDEZ IMEDIATA (*), 2017-2018



(*): Disponibilidades/ Passivo de curto prazo

Por outro lado, diminuem também as dívidas de terceiros ao Município, quer em valor, quer relativamente às restantes componentes do ativo, quer por efeito da redução da dívida dos SMAS, em resultado da conclusão da amortização de empréstimos contratualizados para aqueles Serviços Municipalizados, quer por redução das dívidas de utentes, produto da transferência atempada pelos SMAS da receita cobrada pela recolha e encaminhamento de resíduos, e apesar do aumento do montante em dívida por outros devedores.

TABELA 21 - BALANÇO – ATIVO LÍQUIDO, VARIAÇÃO 2017-2018

BALANÇO - ATIVO LÍQUIDO	Δ 2018-2017, EUR	Δ 2018-2017, %	2018 €	2017 €
Imobilizado:	-3.335.037	-1,0%	324.518.447	327.853.483
Bens do domínio público	-1.745.315	-5,0%	33.265.364	35.010.679
Imobilizações incorpóreas	-98.766	-17,6%	461.134	559.900
Imobilizações corpóreas	-1.254.891	-0,5%	255.470.970	256.725.861
Imobilizações financeiras	-236.065	-0,7%	35.320.979	35.557.044
Circulante	10.340.975	32,6%	42.073.062	31.732.087
Existências	10.133	1,6%	648.720	638.587
Dívidas de terceiros - SMAS	-1.375.777	-32,6%	2.845.855	4.221.632
Dívidas de terceiros	-1.101.738	-40,0%	1.655.421	2.757.159
Depósitos em instituições financeiras e caixa	12.808.357	53,1%	36.923.066	24.114.709
Acréscimos e diferimentos	-151.655	-0,4%	37.552.554	37.704.209
Total ATIVO LÍQUIDO	6.854.284	1,7%	404.144.063	397.289.779

Ao contrário do que acontecia em 2017, as dívidas de terceiros ao Município são principalmente de médio e longo prazos e correspondem aos empréstimos ainda em execução para os SMAS, sendo a redução do montante total das dívidas de terceiros influenciada, entre outros aspetos já referidos, pela conclusão da amortização de alguns daqueles empréstimos.

TABELA 22 - ATIVO – DIVIDAS DE TERCEIROS, VARIAÇÃO 2017-2018

BALANÇO - ATIVO LÍQUIDO	Δ 2018-2017, EUR	Δ 2018-2017, %	2018 €	2017 €
Dívidas de terceiros	-2.477.515	-36%	4.501.276	6.978.791
Dívidas de terceiros - MLP	-261.946	-9%	2.583.931	2.845.877
Dívidas de terceiros - Curto prazo	-2.215.568	-54%	1.917.346	4.132.914

Os acréscimos e diferimentos mantêm, no essencial, o mesmo volume e importância relativa, com um valor total de cerca de 37,6M€, respondendo por cerca de 9% do ativo. Eles correspondem a proveitos reconhecidos no ano, a receber em período posterior e a despesas efetuadas relativas a custos de exercícios seguintes. Incluem, assim, os impostos devidos ao Município relativos ao ano e a anos anteriores e os montantes relativos à prestação de serviços de Resíduos Urbanos já cobrados e ainda não transferidos para o Município.

TABELA 23 - ATIVO – ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS, VARIAÇÃO 2017-2018

BALANÇO - ATIVO LÍQUIDO	Δ 2018-2017, EUR	Δ 2018-2017, %	2018 €	2017 €
Acréscimos e diferimentos	-151.655	-0,40%	37.552.554	37.704.209
Acréscimos de proveitos	-410	0,0%	36.741.309	36.741.719
Custos Diferidos	-151.245	-15,7%	811.245	962.490

O aumento das amortizações, em comportamento semelhante com o registado em 2017, foi mais do que compensado pelo aumento das disponibilidades, permitindo, assim, ao contrário do verificado no ano anterior, a variação positiva do ativo líquido.

Ainda ao contrário do verificado em 2017, constata-se o crescimento em cerca de 3% das provisões para dívidas de cobrança duvidosa, as quais, porém, mantêm um peso pouco significativo no ativo bruto.

TABELA 24 – AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES, VARIAÇÃO 2017-2018

BALANÇO	Δ 2018-2017, EUR	Δ 2018-2017, %	2018 €	2017 €
Total Amortizações e Provisões	7.810.883	6,4%	129.626.881	121.815.999
Amortizações	7.731.441	6,5%	127.185.999	119.454.558
Provisões (Ativo)	79.442	3,4%	2.440.882	2.361.441
Total ATIVO BRUTO			533.770.944	519.105.777

A origem dos fundos municipais é em 342M€ proveniente de Fundos Próprios e em 62,4M€ do Passivo.

Os Fundos Próprios, correspondendo a 342M€, registam um aumento de 10M€ relativamente a 2017, principalmente impulsionado pelos resultados líquidos do exercício, responsáveis por 92% daquele aumento.

TABELA 25 – FUNDOS PRÓPRIOS, VARIAÇÃO 2017-2018

BALANÇO – Fundos Próprios	Δ 2018- 2017, EUR	Δ 2018- 2017, EUR	2018 €	2017 €
Fundos Próprios	9.565.938	2,9%	341.740.898	332.174.960
Património	-748.197	-0,5%	161.393.253,39	162.141.450
Ajustamentos de partes de capital em empresas	-149.059	-0,8%	18.037.364,14	18.186.424
Reservas	64.165	0,3%	23.126.043,35	23.061.879
Resultados transitados	1.557.068	1,2%	129.058.980,89	127.501.913
Resultado líquido do exercício	8.841.962	689,0%	10.125.256,17	1.283.294

TABELA 26 – PASSIVO, VARIAÇÃO 2017-2018

BALANÇO - PASSIVO	Δ 2018-2017, EUR	Δ 2018-2017, EUR	2018 €	2017 €
Passivo:	-2.711.654	-4,2%	62.403.165	65.114.819
Provisões para riscos e encargos	1.074.983	52,7%	3.116.528,83	2.041.546
Dívidas a terceiros	-3.658.227	-11,0%	29.666.377,94	33.324.605
Acréscimos e diferimentos	-128.409	-0,4%	29.620.258,27	29.748.668

O passivo, por seu lado, regista uma diminuição de 4% (2,7M€), principalmente em consequência da diminuição das dívidas do Município a terceiros e apesar do aumento das provisões para riscos e encargos.

A redução da dívida a terceiros é o resultado, simultâneo, de movimentos de sentido contrário. Por um lado, da diminuição do capital em dívida de empréstimos (-1,5M€); por outro, do aumento do capital em dívida em contratos de leasing (+11 mil euros); por outro ainda, do prosseguimento dos planos de pagamento de protocolos com o IHRU, da conclusão em 2019, dos pagamentos decorrentes do Protocolo com o Estado relativo ao MST, reduzindo o montante em dívida dos 1,2M€, em 2017, para os 92 mil euros, em 2018; e do pagamento em 2018 da última tranche do pagamento à EDP (Fornecedores de imobilizado).

A diminuição do capital em dívida de empréstimos é o saldo da utilização, em 2018, dos 2,6M€ do empréstimo contraído em 2017 e apenas parcialmente utilizado naquele ano, da conclusão, em 2018, da amortização do empréstimo BEI e da amortização de 4,1M€ dos restantes empréstimos de acordo com os respetivos planos de pagamento.

TABELA 27 – PASSIVO: DÍVIDA A TERCEIROS,- VARIAÇÃO 2017-2018

BALANÇO - PASSIVO	Δ 2018-2017, EUR	Δ 2018-2017, EUR	2018 €	2017 €
PASSIVO Dívidas a terceiros	-3.658.227	-11,0%	29.666.378	33.324.605
Dívidas a terceiros - Médio e Longo Prazo	-757.883	-3,1%	23.669.557,10	24.427.440
Dívidas a terceiros - Curto prazo	-2.900.344	-32,6%	5.996.820,84	8.897.165

A redução das dívidas a terceiros, em 3,7M€, refletiu-se principalmente na dívida de curto prazo cuja diminuição em 2,9M€ responde por cerca de 78% da quebra total do montante em dívida.

Sendo os empréstimos municipais todos de médio e longo prazos, é, no entanto, no exigível de curto prazo que é maior a diferença entre 2017 e 2018, consequência da referida conclusão da amortização do empréstimo BEI, em 2018, que, em 2017 integrava, na sua totalidade, o exigível de curto prazo.

TABELA 28 – PASSIVO: EMPRÉSTIMOS, VARIAÇÃO 2017-2018

BALANÇO - PASSIVO	Δ 2018-2017, EUR	Δ 2018-2017, EUR	2018 €	2017 €
EMPRÉSTIMOS Médio e Longo Prazo	-1.538.702	-5,5%	26.236.403	27.775.105
Empréstimos - exigível a MLP	-361.328	-1,5%	23.226.094	23.587.422
Empréstimos - exigível a CP	-1.177.374	-28,1%	3.010.309	4.187.683

Constituindo a principal rubrica do passivo (47%), os acréscimos e diferimentos correspondem a custos reconhecidos no ano, a pagar no ano seguinte, e a receita de proveitos a reconhecer em período posterior. Totalizando 29,6M€, esta rubrica corresponde, em 81%, a proveitos diferidos, não registando alteração significativa face ao ano anterior.

4.2 Financiamento e endividamento

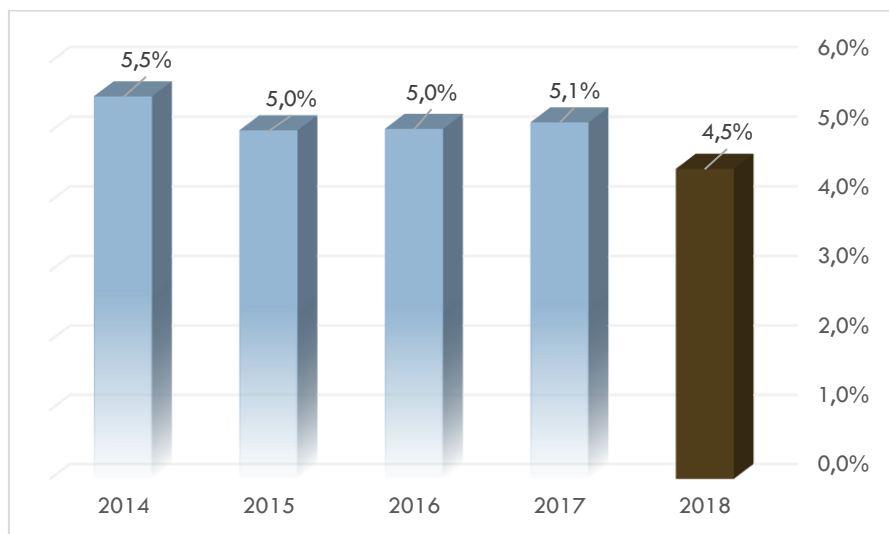
4.2.1 Endividamento

TABELA 29 - RÁCIO DE FINANCIAMENTO/ ENDIVIDAMENTO

Financiamento / Endividamento	2018	2017	2016	2015	2014
Encargos financeiros / Despesas correntes	0,3%	0,3%	0,4%	0,6%	0,7%
Passivos Financeiros / Despesas de capital	23,4%	16,2%	17,4%	18,0%	24,1%
Serviço da dívida / Receitas totais	4,5%	5,1%	5,0%	5,0%	5,5%
Fundos OE (correntes e capital) / Despesas totais	20,3%	18,1%	18,7%	20,0%	21,4%
Fundos OE (capital) / Investimentos (07)	4,7%	2,9%	2,4%	3,0%	5,4%
Fundos OE (correntes e capital) / Receitas totais	16,0%	16,3%	15,9%	17,4%	19,0%
Autonomia Financeira: [1- (Transf OE/Total Receita]	81,9%	80,4%	79,5%	80,1%	79,6%

O serviço da dívida, incluindo juros e amortizações de empréstimos, mobilizou, em 2018, 4,5% da receita municipal, traduzindo uma redução relativamente ao ano anterior, fruto, principalmente, do aumento da receita municipal.

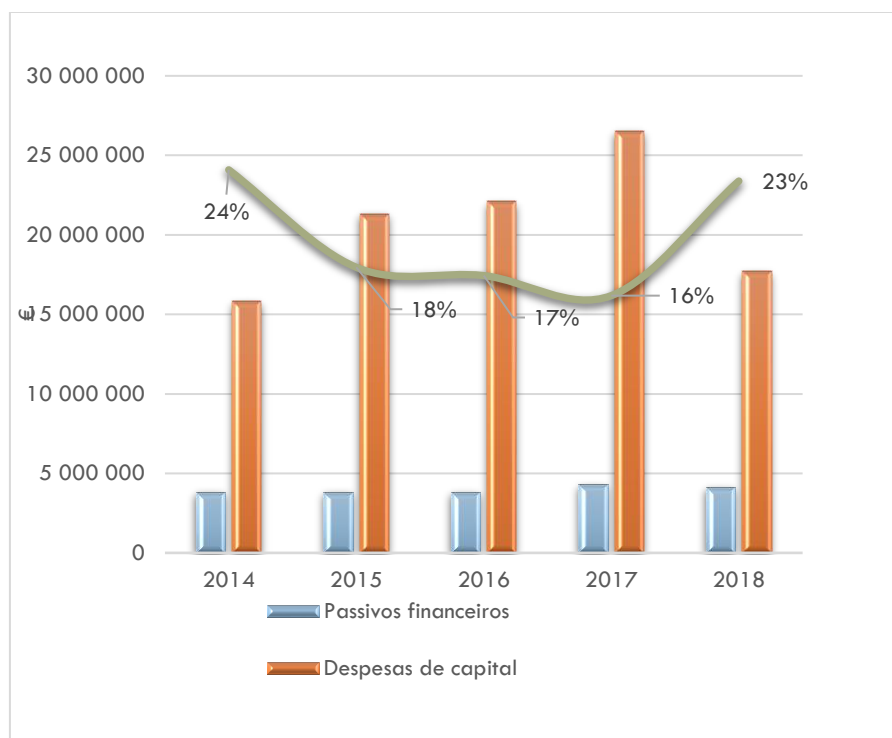
GRÁFICO 13 - PESO DO SERVIÇO DA DÍVIDA NA RECEITA TOTAL, 2014-2018



O peso dos encargos financeiros na despesa corrente manteve-se, em 2018, nos 0,3%, estabilizando face à tendência decrescente que se vinha registrando, consequência da redução da despesa corrente municipal, tendo em conta a estabilidade das baixas taxas de juro.

As amortizações pagas em 2018, por seu lado, mobilizaram uma parte das despesas de capital superior em 7p.p. à do ano anterior, fundamentalmente em consequência da redução do montante destas.

GRÁFICO 14 - PESO DOS PASSIVOS FINANCEIROS NA DESPESA DE CAPITAL, 2014-2018

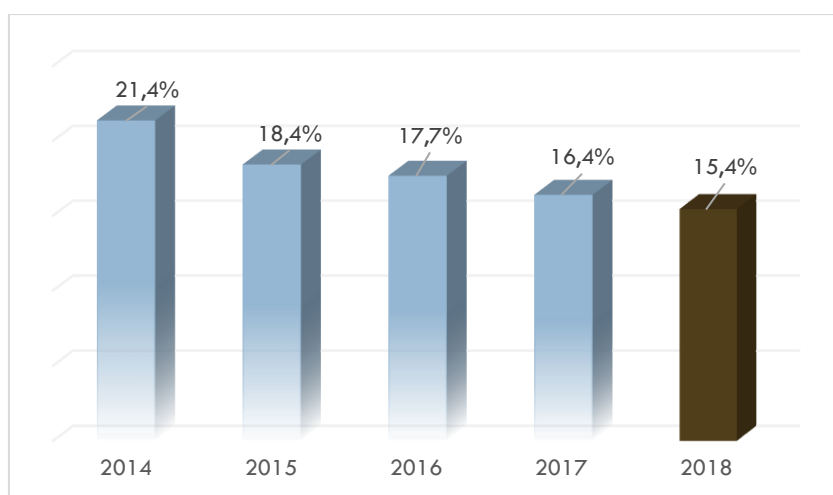


Confirmando a tendência registrada nos anos anteriores, o ativo municipal é principalmente financiado por fundos próprios, reduzindo-se o seu endividamento e aumentando a sua autonomia financeira.

Efetivamente, os capitais alheios financiaram, em 2018, 15,4% do ativo (Gráfico 15) e os fundos próprios 84,6% (Gráfico 17). O rácio de solvabilidade (Gráfico 18), que voltou a aumentar em 2018, traduz a importância dos capitais próprios no financiamento do ativo municipal.

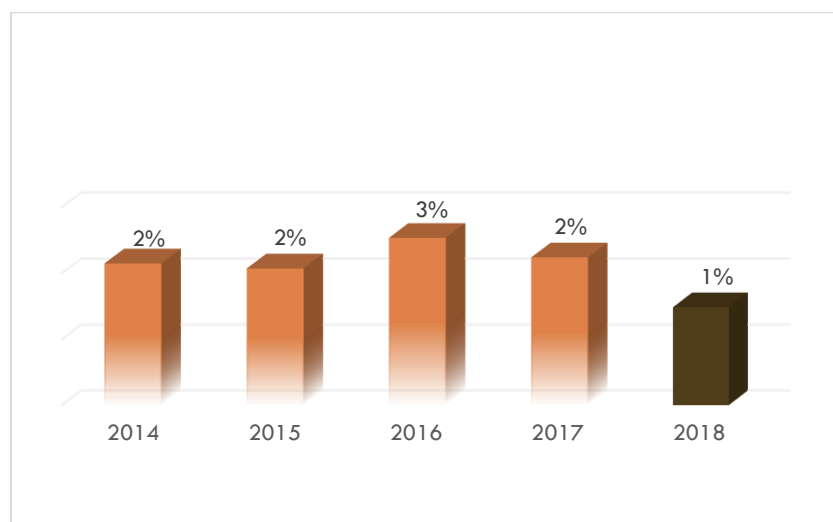
Acrescente-se que o financiamento municipal pelo passivo, é garantido principalmente por dívida de médio/ longo prazo, tendo diminuído a importância da dívida de curto prazo no financiamento do ativo municipal.

GRÁFICO 15 - EVOLUÇÃO DO RÁCIO DE ENDIVIDAMENTO (*), 2014-2018



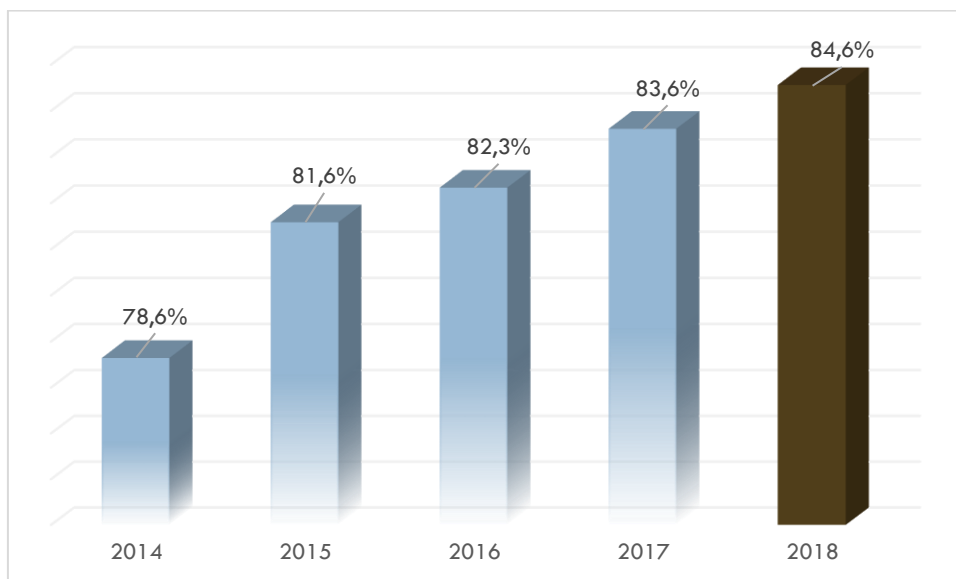
(*) Passivo/ Ativo

GRÁFICO 16 - EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO (*), 2014-2018



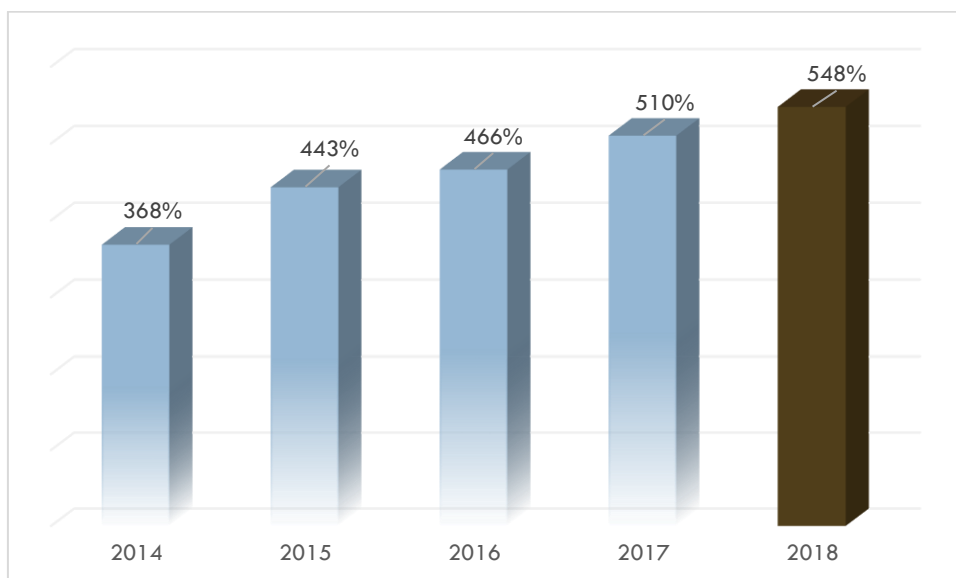
(*) Dívidas de curto prazo/ Ativo Líquido

GRÁFICO 17 - EVOLUÇÃO DO RÁCIO DE AUTONOMIA FINANCEIRA (*), 2014-2018



(*) Fundos Próprios/ Ativo

GRÁFICO 18 - EVOLUÇÃO DO RÁCIO DE SOLVABILIDADE (*), 2014-2018



(*) Fundos Próprios/ Passivo

4.2.2 Financiamento bancário

TABELA 30 - EVOLUÇÃO DA DÍVIDA RESULTANTE DE FINANCIAMENTO BANCÁRIO, 2017-2018

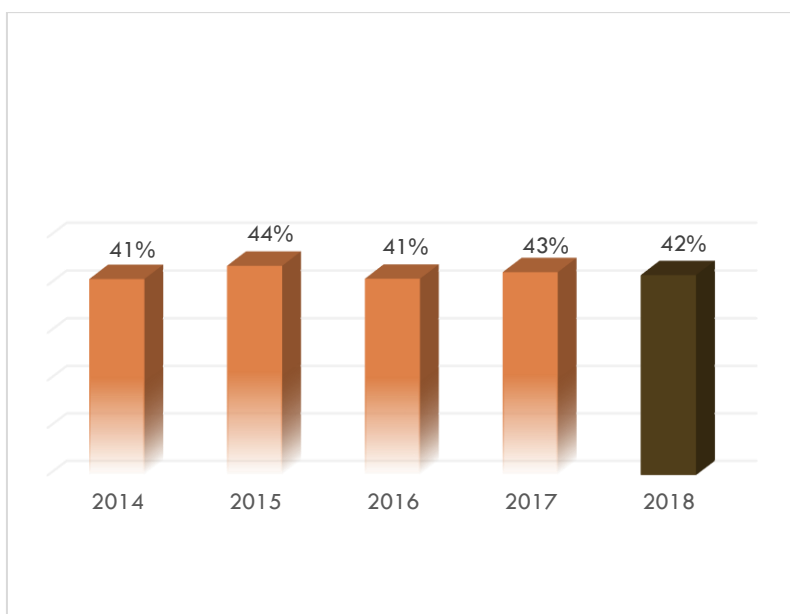
Capital em Dívida	Δ 2018-2017, EUR	Δ 2018-2017, EUR	2018 €	2017 €
Empréstimos excecionados	-1.594.020	-23%	5.210.445	6.804.465
Empréstimos não excecionados	55.318	0%	21.025.958	20.970.640
Total de Empréstimos Bancários	-1.538.702	-6%	26.236.403	27.775.105
Locação Financeira	11.111	4%	314.178	303.067
Total Capital em Dívida	-1.527.591	-5%	26.550.582	28.078.172

Fruto da conclusão da amortização do empréstimo do BEI contratado para o Município e os SMAS e apesar da utilização da totalidade do empréstimo de 5,6M€, contratado em 2017 e apenas parcialmente utilizado naquele ano, o montante total de empréstimos bancários do Município registou uma redução de cerca de 1,5M€, como aliás tinha já acontecido em 2017.

Simultaneamente, o aumento do capital em dívida em contratos de locação financeira (+11 mil euros), resultado do saldo entre a conclusão de quatro contratos e o estabelecimento de um novo contrato para aquisição de quatro viaturas ligeiras de mercadoria, não foi suficiente para contrariar o efeito da redução dos empréstimos bancários no total do Capital em Dívida que regista uma diminuição de 5%.

Os empréstimos respondem por cerca de 42% do passivo municipal, uma diminuição de 1 p.p. relativamente ao ano anterior, dada a maior redução do montante dos empréstimos, face às restantes componentes da dívida municipal.

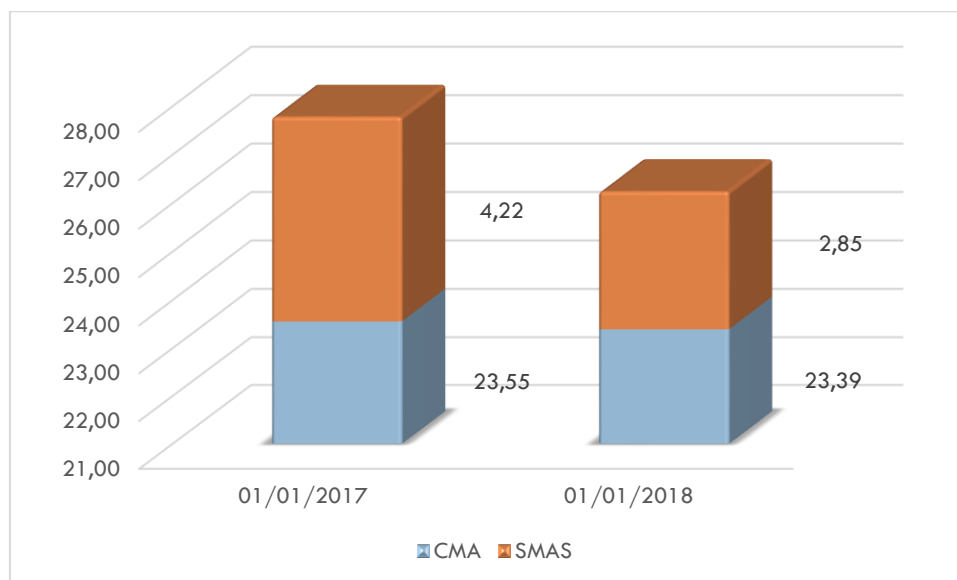
GRÁFICO 19 - ESTRUTURA DO ENDIVIDAMENTO (*): PESO DOS EMPRÉSTIMOS NA DÍVIDA TOTAL



(*): Empréstimos/ Passivo

Merece assinalar que no passivo do Município e na sua dívida em empréstimos se incluem empréstimos contratados para os SMAS. Em 2018, a normal amortização do capital contratado, permitiu a conclusão da amortização do empréstimo BEI partilhado entre os SMAS e a Câmara Municipal, correspondendo à diminuição do peso dos empréstimos dos SMAS no total dos empréstimos municipais.

GRÁFICO 20 - ESTRUTURA DA DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS, 2017-2018



4.2.3 Dívida Total (de Operações Orçamentais)

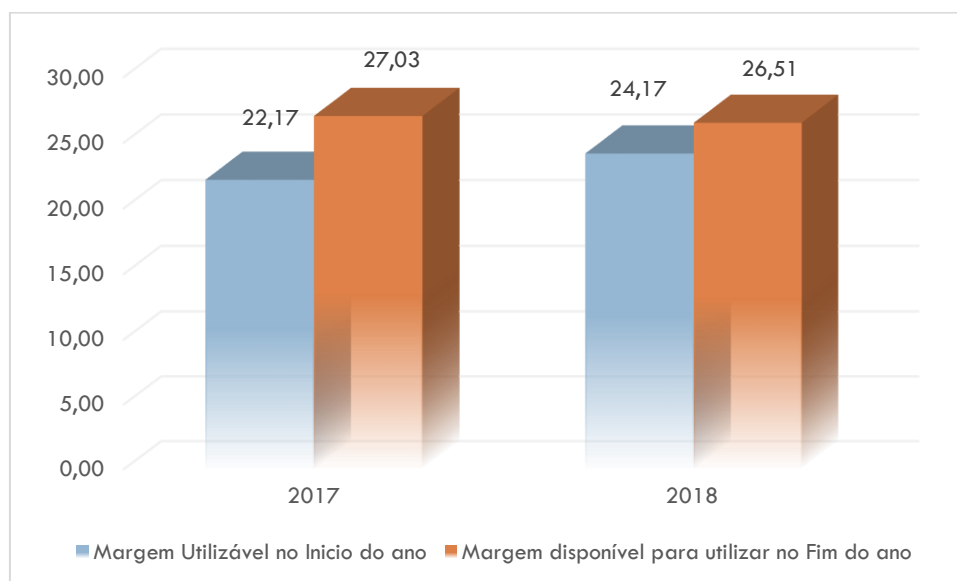
O aumento sustentado da receita corrente líquida permitiu aumentar o limite do endividamento municipal em cerca de 5M€, um aumento de cerca de 4% relativamente ao ano anterior.

Consequentemente e associado à tendência de redução da dívida, a margem absoluta e a margem utilizável no início do ano, correspondente ao aumento possível para o crescimento da dívida durante o exercício⁶, totalizava 24M€, 9% superior ao verificado no início do ano anterior.

Porém, diferentes de ritmos de variação do limite da dívida e do seu montante, traduziram-se na redução em cerca de 2% da margem disponível por utilizar, cujo valor no final de 2018 era de 26,5M€.

⁶ Art.º 52º da Lei nº 73/ 2013, de 3 de setembro: 1. A dívida total de operações orçamentais do município, (...), não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. 2. 3. Sempre que um município: a) ...; b) Cumpra o limite previsto no nº1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

GRÁFICO 21 - EVOLUÇÃO DA MARGEM DE ENDIVIDAMENTO, 2017/2018



O ano terminou com um prazo de pagamento do Município de 18 dias, um aumento de seis dias relativamente ao fim de 2017.

4.3 Situação Económica

A redução dos custos operacionais em cerca de 2,3M€ permitiu que o crescimento dos proveitos operacionais em 6,2M€, inferior ao registado em 2017, produzisse resultados operacionais positivos, gerando um *superavit* operacional de cerca de 8M€.

Os impostos e taxas mantêm-se como a principal fonte de proveitos (65%), reforçando mesmo a sua importância, por contrapartida da redução do peso das transferências recebidas.

TABELA 31 - EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS, 2017-2018

	Δ 2018-2017, EUR	Δ 2018- 2017, EUR	2018 €	2017 €
Proveitos Operacionais	6.221.555,64	8%	87.636.422,05	81.414.866
Vendas e Prestação de Serviços	321.241,36	4%	7.509.263,40	7.188.022
Transferências recebidas	538.038,06	3%	20.774.055,09	20.236.017
Impostos e Taxas	5.198.977,88	10%	56.697.427,28	51.498.449
Proveitos Financeiros	-155.058,96	-5%	3.216.253,59	3.371.313
Proveitos Extraordinários	-605.826,68	-24%	1.960.429,82	2.566.257
Proveitos Totais	5.460.670,00	6%	92.813.105,46	87.352.435

TABELA 32 - EVOLUÇÃO DOS CUSTOS, 2017-2018

	Δ 2018-2017, EUR	Δ 2018- 2017, %	2018 €	2017 €
Custos Operacionais	-2.280.230,80	-3%	79.600.441,14	81.880.672
Fornecimentos e Serviços Externos	-4.948.501,20	-17%	24.998.049,08	29.946.550
Custos com Pessoal	1.053.250,18	3%	33.540.920,65	32.487.670
Custos Financeiros	-3.138,31	-1%	210.283,12	213.421
Custos Extraordinários	-1.097.922,87	-28%	2.877.125,03	3.975.048
Custos Totais	-3.381.291,98	-4%	82.687.849,29	86.069.141

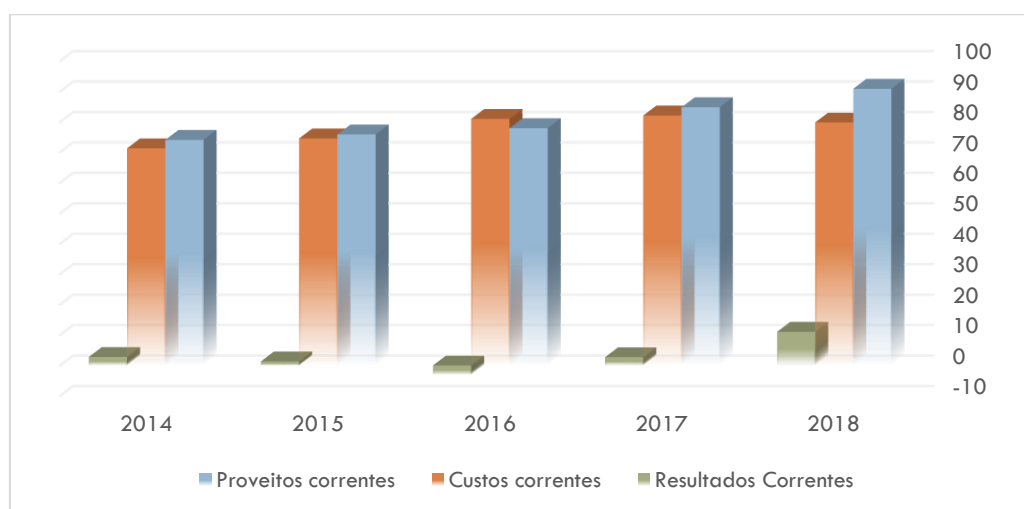
Nos custos, assumem particular importância os custos com pessoal, cujo aumento em 2018 não está dissociado das políticas nacionais de reposição das valorizações e acréscimos remuneratórios dos trabalhadores da Administração Pública. Relevância assumem também os fornecimentos e serviços externos, cuja diminuição de 17% relativamente a 2017 condicionou a redução de 3% nos custos operacionais.

A redução do montante afeto aos fornecimentos e serviços externos traduziu-se, igualmente, na diminuição da sua importância na estrutura de custos, dos 37% em 2017, para os 31% em 2018. Em contrapartida, o aumento dos custos com pessoal traduziu-se no aumento da respetiva importância na estrutura dos custos operacionais, ainda assim insuficiente para impedir a redução em 1p.p. do peso de ambos na estrutura de custos, dos 75% registados em 2017, para os 74% verificados em 2018.

Em contrapartida, o aumento do volume de provisões em cerca de 1,4M€ traduziu-se no aumento da sua importância relativa na estrutura de custos municipais.

Os resultados financeiros corresponderam, em 2018, a cerca de 3M€, traduzindo uma redução de cerca de 5% relativamente ao ano anterior. Os resultados correntes mantiveram-se positivos em cerca de 11M€, consequência do comportamento positivo dos proveitos operacionais, cujo aumento foi mais do que suficiente para acomodar a quebra dos proveitos financeiros, face à diminuição dos custos operacionais e financeiros.

GRÁFICO 22 - PROVEITOS, CUSTOS E RESULTADOS CORRENTES, EVOLUÇÃO 2014-2018



Os resultados extraordinários mantiveram-se negativos, embora tenham registado evolução positiva relativamente ao ano anterior, particularmente como consequência da redução dos custos extraordinários (-1,1M€) e apesar da redução dos proveitos extraordinários (-606 mil euros).

4.4 Apuramento de resultados

Os resultados líquidos do exercício foram de 10M€.

Os resultados correntes positivos, resultado de um crescimento muito significativo relativamente a 2017, tiveram capacidade para acomodar os resultados extraordinários negativos em desagravamento, permitindo o aumento registado nos resultados líquidos do exercício (+8,8M€), face ao ano anterior.

TABELA 33 - RESULTADOS DO EXERCÍCIO, 2014-2018

€

	2018	2017	2016	2015	2014
Resultados Operacionais	8.035.981	-465.806	-6.296.828	-1.615.366	-453.286
Resultados Financeiros	3.005.970	3.157.891	3.243.824	2.931.563	3.223.218
Resultados Extraordinários	-916.695	-1.408.791	3.100.020	4.073.725	73.637
Resultados Correntes	11.041.951	2.692.086	-3.053.004	1.316.197	2.769.932
Resultado Líquido do Exercício	10.125.256	1.283.294	47.016	5.389.922	2.843.569

4.5 Proposta de aplicação de resultados

Conforme com o Decreto Lei nº 54-A/99 de 22 de fevereiro, propõe-se que 5% dos resultados líquidos do exercício sejam transferidos para reservas legais, no montante de 506 mil euros e que o restante seja transferido para a conta de resultados transitados.

€

Reservas Legais [5% do Resultado Líquido do Exercício]	506.263
Resultados Transitados [conta 59]	9.618.993